



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Ciências Humanas – IH  
História

# **A FAMÍLIA ESCRAVA E O PARENTESCO ESPIRITUAL: O Apadrinhamento em Viamão do Século XVIII**

Autor: Carlos Henrique Alves dos Reis  
Orientador: Prof. Dr. Tiago Luís Gil

Brasília, DF  
07 de dezembro de 2018

Carlos Henrique Alves dos Reis

**A FAMÍLIA ESCRAVA E O PARENTESCO  
ESPIRITUAL: O Apadrinhamento em Viamão do Século  
XVIII**

Monografia submetida ao curso de graduação em História da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em História.

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Ciências Humanas – IH

Orientador: Prof. Dr. Tiago Luís Gil

Brasília, DF

07 de dezembro de 2018

---

Carlos Henrique Alves dos Reis

A FAMÍLIA ESCRAVA E O PARENTESCO ESPIRITUAL: O Apadrinhamento em Viamão do Século XVIII/ Carlos Henrique Alves dos Reis. – Brasília, DF, 07 de dezembro de 2018-  
45 p. : il. (algumas color.) ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Luís Gil

Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Ciências Humanas – IH , 07 de dezembro de 2018.

1. Batismo. 2. Família Escrava. I. Prof. Dr. Tiago Luís Gil. II. Universidade de Brasília. III. Instituto de Ciências Humanas. IV. A FAMÍLIA ESCRAVA E O PARENTESCO ESPIRITUAL: O Apadrinhamento em Viamão do Século XVIII

CDU 981

---

Carlos Henrique Alves dos Reis

# **A FAMÍLIA ESCRAVA E O PARENTESCO ESPIRITUAL: O Apadrinhamento em Viamão do Século XVIII**

Monografia submetida ao curso de graduação em História da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em História.

Trabalho aprovado. Brasília, DF, 07 de dezembro de 2018:

---

**Prof. Dr. Tiago Luís Gil**  
Orientador

---

**Prof. Dra. Janaína Perrayon**  
Convidado 1

---

**Prof. Dr. Luciano Costa Gomes**  
Convidado 2

Brasília, DF  
07 de dezembro de 2018

*Dedico esse trabalho a*  
*Valcileide A. Ferreira*  
*Paulo Henrique A. Reis*  
*Jordanna S. A. P. Silva*  
*José Carlos T. Reis*  
*Stella Sabino*

.

*“If you want to dispossess  
a people, the simplest way  
to do it is to tell their  
story and to start with 'secondly'.  
(Mourid Barghouti)*

# Resumo

O objetivo deste trabalho é estudar as relações familiares e o parentesco espiritual dos escravizados na freguesia de Viamão da segunda metade do século XVIII. Para tanto, foi utilizado como fonte principal os livros de batismos de Viamão, encontrados na Cúria Metropolitana em Porto Alegre. Foi criado um Banco de Dados na plataforma FileMaker que possibilitou relacionar dados de diferentes tabelas organizando-os de forma sistematizada, além de permitir a adição de mais elementos a partir de novas leituras. Após o levantamento de uma vasta bibliografia, foi feita uma análise historiográfica no que tange a família escrava, o compadrio e o casamento escravo.

**Palavras-chaves:** Família Escrava; Batismo; Casamento; Viamão.

# Abstract

The main goal with this work is to study familiar and spiritual relationships of enslaved people who lived in Viamão parish in the late eighteenth century. To do so, we used as main source the parishe's books of baptism, found in the Metropolitan's Curia of Porto Alegre. We constructed then a database on the Filemaker software that allowed us to relate and cross different data and informational tables, rearranging them systematically. Moreover, we could try different interpretations with every data filtering. After gathering a vast bibliography, we were able to to an historiographical analysis about enslaved families, sponsorship and marriage between slaves.

**Key-words:** Enslaved families; Baptism; Slave Marriage; Viamão.



# Lista de ilustrações

Figura 1 – Registro de Batismo da Freguesia de Viamão (1782) . . . . .	31
Figura 2 – Plataforma FileMaker - Registros de Batismos da freguesia de Viamão	32
Figura 3 – Batismos de Livres e Escravos Por Ano em Viamão (1769 - 1791) . . .	34
Figura 4 – Quantidade de Batismo Escravo Realizados Por Ano em Viamão (1769 - 1791) . . . . .	35
Figura 5 – Quantidade de Batismo por Qualidade Jurídica Familiar em Cada Ano	36
Figura 6 – Perfil da Família Escrava na Freguesia de Viamão (1769 - 1791) . . . .	37
Figura 7 – Perfil da Família Escrava na Freguesia de Viamão por Década . . . . .	37
Figura 8 – Condição Jurídica do Compadrio em Relação a Família Escrava (Via- mão 1769 - 1791) . . . . .	39
Figura 9 – Grafo - Análise de Redes Sociais Entre a Família Escrava - Compadrio Escravo . . . . .	40
Figura 10 – Grafo - Análise de Redes Sociais Entre a Família Escrava - Compadrio Escravo: Família 3 . . . . .	41

# Sumário

<b>1</b>	<b>A FAMÍLIA ESCRAVA . . . . .</b>	<b>10</b>
<b>1.1</b>	<b>Historiografia da Família Escrava . . . . .</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>A FAMÍLIA CARNAL E ESPIRITUAL: O CASAMENTO E O COM- PADRIO EM UMA SOCIEDADE ESCRAVISTA . . . . .</b>	<b>20</b>
<b>2.1</b>	<b>Casamento Entre Escravizados: . . . . .</b>	<b>20</b>
<b>2.2</b>	<b>O Batismo e Compadrio Escravo: . . . . .</b>	<b>22</b>
<b>3</b>	<b>UMA APROXIMAÇÃO: O COMPADRIO EM VIAMÃO NO FINAL DO SÉCULO XVIII . . . . .</b>	<b>28</b>
<b>3.1</b>	<b>Contexto Histórico da Freguesia . . . . .</b>	<b>28</b>
<b>3.2</b>	<b>Construção do Banco de Dados: . . . . .</b>	<b>30</b>
<b>3.3</b>	<b>Análise a Partir Registros de Batismos de Viamão: . . . . .</b>	<b>34</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS . . . . .</b>	<b>43</b>
	<b>REFERÊNCIAS . . . . .</b>	<b>44</b>

# 1 A FAMÍLIA ESCRAVA

A escravidão no Brasil sempre foi tema de forte debate em diversas áreas do conhecimento. Como sabemos, o Brasil foi o último país a abolir a escravidão em seu território, completando em 2018, 130 anos que a Lei Áurea foi assinada. Esse fato histórico diz muito sobre o nosso passado e o pensamento que norteava os entraves políticos e econômicos da época. Ao tratarmos desse tema, não podemos nos esquecer dos navios negreiros, do trabalho forçado, da desumanização como uma das ferramentas para legitimar a comercialização de pessoas, dos diversos instrumentos de tortura e, sobretudo, do rico mercado entorno de todo o sistema escravista, assim como a formação de grandes elites decorrentes desse processo. Nas palavras de Jonis Freire:

Certamente a diáspora africana constituiu-se num dos maiores traumas a que a população africana foi submetida. Arrancados de suas terras de origem, a diáspora desferiu um golpe na alma daqueles africanos que cruzaram o Atlântico em condições subumanas, tendo sido separados de todas as instituições por eles conhecidas. Cabe ressaltar que a escravização dos africanos, a partir de meados do século XV, esteve ancorada em uma série de discursos legitimadores desta prática. Mesmo pensando que aquele continente já possuía a escravidão, digase de passagem, com motivações outras pelo menos no início, a forma como a partir do século XVI o comércio de escravos passou a ser moldado surtiu efeitos psicológicos dos mais variados naqueles indivíduos.(FREIRE, 2009, p.150)<sup>1</sup>

Contudo, por mais danosa que tenha sido a experiência do tráfico negreiro, ao chegar nas Américas os africanos conseguiram rearticular algumas relações e reproduzir traços de sua cultura nas novas terras. No caso do Brasil, a influência africana continua presente em todas as esferas da sociedade brasileira, desde a formação de um povo até suas vivências sócio-culturais.

Como sabemos, esse não foi um processo harmônico, e desde a chegada dos africanos à América que esses indivíduos seguiram articulando estratégias e contra-estratégias na tentativa de manterem integrados seus sistemas sociais, culturais, econômicos e familiares. Isso implicava em pequenas batalhas travadas cotidianamente entre senhores e escravizados. Mas era, também, fundamental a realização de algumas negociações entre ambos.

No que tange a busca pela liberdade, a fuga de cativos e a criação de quilombos foram alguma das estratégias mais comuns realizada pelos escravizados. Estas iam desde as “pequenas escapadas” para o divertimento, práticas religiosas, visitas a parentes ou encontros amorosos, até a fuga definitiva, preferencialmente um caminho sem volta, em que se buscava a construção de uma nova vida em liberdade, fosse em quilombos ou misturando-se com a população negra livre dos pequenos ou grandes centros urbanos.

<sup>1</sup> FREIRE, J. *Escravidão e Família Escrava na Zona da Mata Mineira Oitocentista*. Tese (Doutorado) — Universidade Estadual de Campinas, 2009.

Apesar de as fugas terem tido um grande papel como forma de resistir a escravidão, não foi a única. Os escravizados também fizeram uso de ferramentas de cunho legal, disponíveis na sociedade, para obter alguma vantagem ou melhoria vida, podendo até conseguir a liberdade. O matrimônio, a formação de família e o apadrinhamento são alguns exemplos que ilustram essa afirmativa. Inclusive, as fugas, muitas vezes, foram realizadas em família, como nos lembra Isabel Cristina Ferreira dos Reis:

Um escravo podia buscar a liberdade sozinho ou acompanhado de um ou mais parceiros. Temos notícias de fugas em grupo de escravos pertencentes a um mesmo engenho. Porém as fugas empreendidas por membros de uma mesma família escrava, pai, mãe, filhos, irmãos, parentes, ou casais de escravos casados legalmente ou que mantinham relação consensual, parceiros afetivos freqüentemente denominados nos anúncios como "amásios", "camaradas", que juntos decidiam conquistar a liberdade, tais fugas tem um sentido muito especial. Representavam o desejo de viver em liberdade e a liberdade incluía a companhia dos seus.(REIS, 1998, p.61)<sup>2</sup>

Iremos analisar algumas dessas ferramentas, partindo da perspectiva de que o cativo a utilizava, seja através da negociação, da reivindicação passiva ou forçada, ou mesmo utilizando frestas na lei da instituição escravista, procurava vias de conseguir sua libertação e autonomia. A formação de famílias escravas foi fundamental para o alargamento das redes de parentescos, tanto o físico quanto espiritual, através do compadrio.

O estudo da família escrava é bastante importante para a compreensão de algumas relações estabelecidas pela população escravizada no coração do sistema escravista. Trata-se de uma instituição que possibilitou ao cativo, o forjamento de relações de solidariedade ao mesmo tempo que confrontava o sistema escravista.

É importante atentarmos não apenas para à gestação de uma cultura escrava, como também de uma cultura negra na época escravista, considerando que, a despeito dos limites que separavam o mundo escravo do mundo dos negros livres e libertos, esta cultura acabava por englobar negros que compartilhavam e interagiam num mesmo universo.<sup>3</sup>

## 1.1 Historiografia da Família Escrava

No primeiro momento, ao depararmos com o tema da “família” no contexto colonial brasileiro, não é difícil nos esbarrar com o conceito de “família patriarcal”, utilizado por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*.(FREYRE, 1980)<sup>4</sup> Freyre explica seu conceito de família patriarcal como o extenso grupo composto pelo núcleo conjugal e sua prole

<sup>2</sup> REIS, I. C. F. dos. *História de Vida Familiar e Afetiva de Escravos na Bahia do século XIX*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal da Bahia, 1998.

<sup>3</sup> REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. Op. Cit, p. 24

<sup>4</sup> FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. [S.l.]: Global Editora, 1980.

legítima, ao qual foram incorporados os parentes, afilhados, agregados, escravos e até mesmo as concubinas e bastardos, todos vivendo sob o mesmo teto, na casa-grande ou na senzala, sob a autoridade do patriarca. Esse núcleo familiar, segundo Freyre, era para onde convergia toda a vida econômica, política, social e religiosa.

A obra apresentado por Freyre causou grande impacto na literatura da época, posicionando a escravidão como elemento central para interpretar a história do Brasil. Porém, o modelo de família apresentado por Freyre suscitou bastante críticas, principalmente a partir dos anos de 1960. Ocorreria, sobretudo, um rompimento com sua linha teórico-metodológica e interpretativa, incapaz de enxergar outras dinâmicas sociais vividas pelos escravizados.(PALERMO, 2017, p.330)<sup>5</sup>

Fruto de uma limitadora visão a respeito das relações sociais vividas pelos escravizados, imperou-se na historiografia a interpretação de que os cativos eram incapazes de manter padrões civilizados, o que lhes imprimiu uma inferioridade na produção histórica e mesmo no imaginário brasileiro. Nesse sentido, ao defrontamos com estudos acerca da família escrava, sobretudo os mais antigos, não é raro esbarrar com o termo “anomia social”, sendo utilizado para explicar o suposto comportamento sexual depravado dos escravizados, assim como sua impossibilidade de formar laços de solidariedade. Aponta Jonis Freire:

A família escrava foi vista pela historiografia como inexistente, devido à anomia e promiscuidade inerentes aos cativos, impedidos pelo caráter violento e opressor da escravidão no Brasil de tecer solidariedades duradouras e se integrarem à sociedade de classes.<sup>6</sup>

Entendia-se, portanto, que a verticalidade contida nas relações entre senhor e o escravizado, no qual apenas o primeiro era dotado de autonomia, foi tão violenta que gerou danos estruturais na moral dos cativos, tornando-os inaptos para criar ou sustentar quaisquer laços sólidos de afetividade e solidariedade. Porém, Roberts Slenes destaca o surgimento de um novo debate a partir da década de 1930, que tenta retirar a explicação racista presente nos estudos sobre família escrava e a substitui por uma análise sociológica, para o que estaria por trás da suposta promiscuidade que presente no núcleo das relações vividas através dos escravizados. (SLENES, 2011)<sup>7</sup>

Como resultado, os novos estudos, mediante mudanças significativas de orientação, métodos e interpretação, têm produzido trabalhos que entendem o processo histórico segundo a ótica de que o cativo não estava, simplesmente, ligado a uma rede de formas de trabalho, mas também integrado em um universo social e cultural. Na medida em

<sup>5</sup> PALERMO, L. C. Disputas no campo da historiografia da escravidão brasileira: perspectivas clássicas e debates atuais. 2017.

<sup>6</sup> FREIRE, Jonis. Op. Cit. 2009, p. 3

<sup>7</sup> SLENES, R. w. *Na Senzala, Uma flor: Esperanças na Formação das Famílias Escrava*. [S.l.]: Editora Unicamp, 2011. segunda edição.

que esses novos estudos foram surgindo, os antigos argumentos de anomia escrava foram perdendo espaço no debate historiográfico.

Vale destacar que o termo “família” aqui abordado, abarca não somente o grupo doméstico nuclear ou o conjugal, mas também os laços produzidos através das relações de solidariedades e reciprocidade entre os escravizados, libertos e livres, sendo o compadrio aquele que darei maior atenção.

A demografia histórica teve importante papel para esses novos estudos a respeito das famílias escravas, uma vez que permitiu a análise mais aprofundada das fontes primárias, como por exemplo, a relação do tamanho do plantel com os laços familiares dos escravizados, de suas idades, do estado civil, de seus descendentes, da estabilidade da família relacionada com as idades dos filhos, a atividade econômica do domicílio e a permanência das famílias. Segundo Slenes:

Nos últimos 20 anos, um número cada vez maior de estudos, baseados principalmente em novas fontes demográficas e focalizando especialmente o Sudeste do país, tem contestado diretamente a antiga visão da vida sexual e familiar do escravo como pouco mais do que uma desordem cultural.<sup>8</sup>

A combinação de fontes, como livros de batismos, de matrimônio, inventários e testamentos, teve um papel fundamental para a elaboração desses novos trabalhos, possibilitando melhorias nas formas de identificar e rastrear certos personagens ao longo da história, produzindo análises mais ricas em informação. Como resultado desse processo, a historiografia tem sido capaz de direcionar seu foco para relações sociais vividas no seio do sistema escravista. A existência da família escrava parou de ser questionada, assim como a ideia de uma promiscuidade natural entre os escravizados.

Partindo desse ponto, começou a florescer estudos com o propósito de identificar essas famílias escravas e de entender a qual contexto elas estavam inseridas, assim como seu dinamismo social. Percebeu-se que instituição familiar teve forte representação para os escravizados, sendo uma forma de manter e transmitir suas heranças culturais, de modo a criar uma identidade social.

A família constituiu-se no principal refúgio para aqueles indivíduos, era nela que eles compartilharam sua vida afetiva e conseguiram manter um mínimo de autonomia. Traços de permanências culturais podem ser observados na formação de seus lares, no emprego de uma memória genealógica, por meio dos nomes atribuídos aos descendentes, na formação de sua economia interna, nas línguas empregadas por seus componentes.<sup>9</sup>

Atualmente, tem-se um consenso historiográfico de que a família escrava não se restringia apenas na relação de parentesco e não se baseou, necessariamente, no casamento

<sup>8</sup> SLENES, R. W. Op. Cit, p. 2011.

<sup>9</sup> FREIRE, Jonis. Op. Cit. 2009, p. 156.

legal, mas criaram diversas formas de se articular, capaz de produzir redes múltiplas de solidariedade que lhes pudessem proporcionar maior amparo, já que a família sanguínea estava mais suscetível de desagregação.

Vale ressaltar, no entanto, que, de nenhuma forma, os baixos índices de uniões legitimadas entre a população negra desqualifica a sua experiência de vida familiar, pois não foram poucas as evidências da importância atribuída pelos negros com diferentes estatutos jurídicos às suas relações familiares e de parentesco, independentemente de se tratar de família constituída através do casamento católico ou consensual, família nuclear ou parcial.(REIS, 2010)<sup>10</sup>

Como afirma Jonis Freire, a ilegitimidade presente nas relações entre escravizados não pode, de modo algum, ser entendido como sendo sinônimo de promiscuidade, como fez a antiga historiografia, mas sim como um reflexo das ações senhoriais que não se preocupavam em legitimar essas uniões. Segundo o autor:

(...) a ilegitimidade foi reflexo dos costumes senhoriais, mais do que do desinteresse dos escravos pelo matrimônio, ou seja, suas taxas variaram de acordo com o compromisso dos senhores na formalização dos enlaces matrimoniais de seus escravos, levando uniões consensuais a serem documentadas.<sup>11</sup>

José Flávio Motta e Agnaldo Valentin analisaram um inventário aberto no município de Apiaí (SP), de 1816, constando um domicílio chefiado por uma mulher cujo o nome era D. Anna de Oliveira Roza. Ela vivia com mais 43 agregados, tendo um plantel de 144 escravizados, onde 118 deles compunham 24 famílias. Desses 144 cativos, 45 eram crianças com nove anos ou menos, todas pertenciam a famílias com pelo menos um dos genitores presentes.<sup>12</sup>

De fato, para muitos dos escravistas com menores recursos, numa região cuja economia, nas décadas iniciais do século XIX, decerto não se distinguia pelo dinamismo, a reprodução natural de seus cativos poderia ser a melhor ou mesmo a única maneira de obter um aumento do tamanho do plantel possuído.<sup>13</sup>

Em estudo feito a respeito da escravidão vivida em São José dos Pinhais, Cacilda Machado tenta demonstrar em seu livro *A Trama das Vontades*, o quão significativa foi a experiência da escravidão para as estruturas sociais, política e econômica daquela comunidade no século XIX. Em uma sociedade fortemente marcada pela vida rural, a estrutura escravista produziu diversas formas de hierarquia social, assim como estratégias que buscavam distanciar-se cada vez mais do estigma da escravidão (caso bastante semelhante ao da freguesia de Viamão que será abordada no capítulo 3). Em análise, Machado diz que:

<sup>10</sup> REIS, I. C. F. dos. Breves reflexões acerca da historiografia sobre a família negra na sociedade escravista brasileira oitocentista. 2010.

<sup>11</sup> FREIRE, Jonis. Op. Cit. 2009, p. 10.

<sup>12</sup> MOTTA, José Flávio e VALENTIN, Agnaldo. A estabilidade das Famílias em um Plantel de escravos de Apiaí (SP). Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

<sup>13</sup> (MOTTA; VALENTIN, 2002, p.03)<sup>14</sup>

“[...]quando da abordagem das relações entre senhores e escravos, já há algum tempo nossa historiografia vem procurando ir além das noções extremas de escravo-mercadoria e escravo-rebelde. Busca-se agora, e de diferentes formas, descobrir as variantes das ações de resistência, compreender seus significados, perceber mudanças ao longo do tempo.” (MACHADO, 2008, p.81)<sup>15</sup>

Prossegue a autora:

(...) os autores têm conseguido fazer emergir o escravo como um agente social ativo, participante da construção de sua história. E por mais que sua localização nas redes de dependência que a instituição da escravidão produziu contribuisse para a sua caracterização como o grupo social com menos chances de “dispor de si”, ou mesmo de impor limites ao mando e à sujeição senhoriais, do que essa historiografia já produziu depreende-se que tais possibilidades não estavam totalmente vetadas. Mais que isso, a maior parte dos pesquisadores procura demonstrar que o lugar social do cativo não estava definido apenas pelo título de propriedade ou pela identificação aparente de sua condição social, mas principalmente pelo embate cotidiano entre senhores e escravos.<sup>16</sup>

Para Machado, há uma grande dificuldade de identificar as famílias escravas no contextos de pequenos plantéis, e isso está diretamente relacionado ao método de manipulação das fontes. Algumas famílias escravas da Vila de São José dos Pinhais, pesquisadas por ela, estavam distribuído em domicílios diferentes, tornado o trabalho mais difícil para os pesquisadores. Estas famílias não coabitavam, mas nem por isso deixaram de ter os laços de sentimento para consolidação de suas relações. Já em grandes plantéis, a existência de família escrava foi mais fácil de ser observada. Há um tendência, também observada por Manolo Florentino e José Roberto Góes, de que os escravos crioulos procuravam se casar com outros escravos crioulos, enquanto que os africanos também tendiam a se casarem com outros africanos, não se misturando tão bem. Essa evidência questiona o pensamento corrente da senzala como um espaço homogêneo, no qual o status de escravo tenta unificar todos que ali estavam. Mas pelo contrário, se percebeu que, entre outras coisas, a senzala foi um ambiente constituído por indivíduos de diversas origens e culturas. Havia, em certa medida, uma hierarquia presente dentro da senzala, na qual os sujeitos recém chegados do continente africano sofriam alguma discriminação por parte dos crioulos, podendo ocasionar algumas tensões. A existência de um pensamento comum que enxerga os escravizados como seres pertencentes a um grupo homogêneo, dividindo o mesmo espaço na senzala sem qualquer conflito, como uma idéia construída a partir do pensamento colonial. Segundo Florentino e Góes:

A verdade é que um plantel não era, em princípio, a tradução de um nós. Reunião forçada e penosa de singularidades e de dessemelhanças, eis como melhor se poderia caracterizá-lo. Tê-lo assim, contudo, significa postular igualmente

<sup>15</sup> MACHADO, C. *A Trama Das Vontades - Negros, Pardos E Brancos Na Construção Da Hierarquia Social Do Brasil Escravista*. [S.l.]: Apicuri, 2008.

<sup>16</sup> MACHADO, Cacilda. Op. Cit. 2008, p. 81.



a inusitada idéia de que por sobre este conjunto de disparidades não pairava necessariamente um poder maior, capaz de reduzir à unidade.<sup>17</sup>

Apesar da enorme brutalidade sofrida por grande contingente de africanos, sendo forçados a embarcar em navios negreiros e viajando para além mar, eles trouxeram consigo seus ritos e tradições culturais. O choque entre a cultura africana e a europeia foi forte e mesmo sendo bastante diferentes entre si, havia, contudo, aspectos semelhantes no que tange a formação da família, tornando a adaptação menos danosa para os cativos. Em certa medida, houve uma flexibilidade no conceito de linhagem para os escravizados, tornando-os adaptáveis ao princípio da hereditariedade. Com isso, culturas de origem africana foi transmitida para as gerações seguinte, se mantendo presente entre a população negra. Segundo Jonis Freire:

Mantendo seus padrões culturais ou reelaborando, em terras brasileiras, os traços que lhes permitiam pertencer a uma identidade africana, não há dúvidas que a experiência dos cativos africanos, bem como seu legado cultural, influenciaram fortemente as comunidades escravas. Seja no interior das fazendas e sítios, na área rural ou urbana, no nordeste ou no sudeste brasileiro. Os traços da herança africana constantemente renovados pelo tráfico se fizeram sentir cotidianamente entre os escravos.<sup>18</sup>

Apesar do forte racismo presente nos relatos feitos por viajantes no período colonial (influenciou, inclusive, os trabalhos que defendiam a tese da anomia escrava), alguns deles pode nos fornecer informações importantes para a análise acerca das relações presente entre os escravizados, como o relato feito por Saint-Hilaire, um viajante francês que em Minas Gerais pôde registrar seu diálogo com um africano escravizado:

Não: mas vou me casar dentro de pouco tempo; quando se fica assim, sempre só, o coração não vive satisfeito. Meu senhor me ofereceu primeiro uma crioula, mas não a quero mais: as crioulas desprezam os negros da costa. Vou me casar com outra mulher que a minha senhora acaba de comprar; essa é da minha terra e fala minha língua.<sup>19</sup>

Ao mesmo tempo em que o relato de Saint-Hilaire acentua a existência de uma forte tensão presente entre os cativos, marcada pela hierarquização entre crioulos e africana; também demonstra a existência de uma certa autonomia por parte do escravo na escolha do matrimônio, sendo mediada através de negociação entre ele a dita senhora. Para Florentino e Góes, eram os indivíduos mais velhos dentro da senzala que tinham a preferência na hora de escolher suas noivas.<sup>20</sup> Para Slenes, eram as mulheres escraviza-

<sup>17</sup> FLORENTINO, Manolo. e GÓES, José Roberto. Op. Cit, p. 35.

<sup>18</sup> FREIRE, Jonis. Op. Cit. 2009

<sup>19</sup> Relato retirado do livro de: FLORENTINO, Manolo. e GÓES, José Roberto. Op. Cit. 1997, p. Pag 34.

<sup>20</sup> FLORENTINO, Manolo. e GÓES, José Roberto. A Paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850.

das que escolhiam os cônjuges, por terem vantagem no mercado matrimonial, escolhiam indivíduos com maior estabilidade.<sup>21</sup>

No estudo realizado por Carlos Malaquias a respeito da construção de laços familiares nas pequenas unidades produtiva em Minas Gerais, observando o registros paroquiais de casamento pode constatar que:

(...) homens africanos eram a maior parte dos escravos que se casavam. Até que criassem alguns laços nas escravarias onde viviam e conseguissem uma parceira gastavam algum tempo, talvez anos, o que deve explicar as altas idades dos homens casados em relação às mulheres. Para o africano, sem laços de parentesco na América, o matrimônio era uma grande chance de forjar relações de solidariedade e ajuda mútua na escravaria. No caso do casamento com uma escrava brasileira, a união introduzia o nubente em uma nova família, a do seu cônjuge, que a partir do casamento passa a ser também sua. Ao ter filhos amplia-se ainda mais a teia familiar com a agregação dos padrinhos e madrinhas.<sup>22</sup>

A família teve um forte peso nas transmissão dessa cultura através das gerações. O caso trazido por José Flávio Motta e Agnaldo Valentin se mostra ainda mais interessante após análise feita por Florentino e Góes, pois as 24 famílias escravas apresentadas demonstram uma grande estabilidade em seus laços. Desse modo, a formação dessas famílias implicava, necessariamente, na composição de laços de confiança, necessários para a época. Ou seja, tratava-se, para o negro, de criar ou recriar uma identidade enquanto grupo social, integrando-se na sociedade.

O casamento, o acesso a trabalhos qualificados e a formação de famílias constituíam parte importante das estratégias empregadas pelos escravos em sua busca pela liberdade (alforria). As estratégias dessas famílias permitem conhecer a quem os cativos destinaram seus esforços para conquistar esse sonho de liberdade, pais, mães ou filhos.<sup>24</sup>

Para Florentino e Góes, o casamento entre escravizados, assim como o formação de suas respectivas famílias, foi, muitas vezes, incentivados pelos senhores, pois esses laços poderiam resultar na paz entre os cativos, ou seja na “paz das senzalas”. O livro *A Paz das Senzalas*<sup>25</sup> tem seu recorte de análise no Rio de Janeiro, entre 1790 e 1850, e de acordo com os autores, a formação das famílias no coração do sistema escravista poderia diminuir de forma substantiva as fugas escravas, assim como evitar algumas possíveis revoltas na senzala. Nesse sentido, a paz ganhava um aspecto de negociação e troca mútua entre o senhor e o escravizado, pois tanto um quanto o outro obtinham vantagens.

(...) a família escrava não era de modo algum mero epifenômeno, nem estava diluída no escopo patriarcal dos proprietários. Tampouco sucumbia à violência

<sup>21</sup> SLENES, R. W. Op. Cit. 2011.

<sup>22</sup> (MALAQUIAS, 2014)<sup>23</sup>

<sup>24</sup> FREIRE, Jonis. Op. Cit. 2009, p. 10.

<sup>25</sup> FLORENTINO, Manolo. e GÓES, José Roberto. Op. Cit. 1997.

nem era, primariamente, um veículo de controle senhorial. Pelo contrário, ao categorizar-se enquanto meio de organização e pacificação dos cativos, ela lhes fornecia sólidos pilares para a construção e reconstrução de padrões mentais e de comportamento próprio de uma cultura afro-brasileira. Mais ainda, em virtude de se constituir em instrumento de paz social, por vias indiretas a família escrava acaba por assumir feições de uma renda política para os senhores.<sup>26</sup>

A tese apresentada na obra de Florentino e Góes, transmite a idéia de que a família escrava, por garantir a paz, ajudava a manter o escravismo, organizando os cativos de forma pacífica. Ao recorrer ao mercado em busca de mão-de-obra, o senhor fazia a inserção de africanos na senzala, produzindo conflitos entre os cativos ali presentes. Nesse sentido, a família surge como maneira de reduzir ou eliminar esses conflitos. Por outro lado, o estabelecimento do parentesco criava as condições básicas para que os escravizados criassem uma identidade.

No entanto, Robert Slenes não considera a família escrava como um elemento meramente de domínio senhorial, uma vez que em sua visão, ela não enfraquece o sistema escravista, mas pelo contrário, assume que a formação desses laços de solidariedades tornava-os estruturalmente mais fortes.

Na obra *Na Senzala, Uma Flor*<sup>27</sup>, Robert Slenes também faz uma análise política da escravidão, buscando reaver os esforços cotidianos dos escravizados para enfrentar a opressão a qual estavam submetidos, mas discordando da visão meramente funcionalista aplicada sobre a família escrava, segundo o qual essas uniões produziria ganhos políticos ao senhor em detrimento do escravo.

Tanto Florentino e Góes quanto Slenes concordam que havia na família escrava alguns aspectos que beneficiava ao senhor. Pois minimamente, a formação de uma família escrava poderia torná-los “reféns” do senhor, tornando-os mais vulneráveis aos castigos disciplinares, além de haver sempre o risco de sua separação por venda.<sup>28</sup> Porém, Slenes afirma que:

Apesar de tudo isso, no entanto, acredito que seria um erro transformar a família escrava, cuja “existência” antes era vista como condição sine qua non para o domínio dos senhores, em condição “estrutural” para a manutenção desse mesmo domínio. Fazer isso seria negar o pressupostos que até agora tem guiado ambos os lados do debate sobre família escrava. A família é importante para a transmissão de e reinterpretação da cultura e da experiência entre gerações.<sup>29</sup>

Os estudos acerca da família escrava apontam as zonas rurais como sendo o local de sua maior ocorrência. Apesar de não ser um apontamento a ser melhor estudado pela

<sup>26</sup> FLORENTINO, Manolo. e GÓES, José Roberto. Op. Cit. 1997, p. 44 e 45.

<sup>27</sup> SLENES, R. W. *Na Senzala, Uma Flor: Esperanças e Recordações na Formatação das Famílias Escrava*. Universidade Estadual de Campinas, Editora Unicamp, segunda edição, 2011.

<sup>28</sup> SLENES, R. W. Op. Cit. 2011, p. 124.

<sup>29</sup> SLENES, R. W. Op. Cit. 2011, p. 124

historiografia, essa hipótese se dá pelo fato de que nas regiões rurais o padrão da vida dos escravizados pôde ser mais estável do que nas regiões urbanas, além ter um menor mobilidade geográfica e uma convivência mais próxima e constante. Neste sentido, o senhor poderia se beneficiar através dessa reorganização dos escravos em unidades domésticas produtivas, cultivando roças independentes, o que poderia retirar do senhor a responsabilidade de prover o alimento para o cativo. Ao mesmo tempo em que os escravizados, junto de sua família, tinha maior autonomia e liberdade. Assim, a família estabeleceu grande importância, tanto para os escravizados quanto para o senhores.

É de suma importância um olhar mais acurado sobre a importância que foi presença africana em um primeiro momento e de todo sua trajetória de resistência e luta. Como nos lembra Jonis Freire, ao falarmos dos povos africanos que vieram para o Brasil e de seu papel na “Apesar de sofrerem as influências da cultura européia não foram subjugados, tornando-se participantes ativos na evolução de uma cultura afro-brasileira, criando conteúdos e significados culturais originais nas senzalas que continuam presentes na sociedade brasileira contemporânea.”<sup>30</sup>

---

<sup>30</sup> FREIRE, Jonis. Op. Cit. 2009, p. 153.

## 2 A FAMÍLIA CARNAL E ESPIRITUAL: O casamento e o compadrio em uma sociedade escravista

### 2.1 Casamento Entre Escravizados:

Os escravizados, ao utilizar-se das estratégias matrimoniais, formulam vivências de família ou casamento, quer para garantirem a sobrevivência pessoal ou grupal ou para efetivarem uma série de trocas simbólicas. Neste sentido, o casamento pode ser entendido como ato jurídico pelo qual se funda ou se forma um núcleo familiar, representando assim um papel fundamental na estrutura social. Segundo Malaquias:

(...) os sentidos para a constituição de uma família, o casamento e a geração de filhos, eram mais amplos e iam além da manutenção do fogo/unidade produtiva. Há sentidos sociais importantes ligados à formação de família como a conservação de status, a ampliação de laços de pertença, a integração na comunidade que este trabalho abordará em sua última parte.<sup>1</sup>

A Igreja Católica não se opunha ao sacramento entre os escravizados. Tanto os livres quanto os escravizados poderiam ter acesso ao casamento legal. Além do mais, cabia a igreja a responsabilidade da fiscalização dessa prática. As exigências estabelecidas pelo Concílio de Trento em 1563, exigiam provas de parentesco e falta de impedimentos, cabendo a igreja o dever de solicitar provas de que os noivos nunca foram casados, além de outros requisitos. Como aponta a pesquisadora Isabela Cristina Ferreira dos Reis:

(...)da Igreja e das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia determinarem que os escravos podiam "receber-se em matrimônio", exigia que estes fossem nascidos no país, e no caso de serem africanos, que soubessem a doutrina cristã e entendessem a obrigação do santo matrimônio.<sup>2</sup>

Entretanto, na prática, essas regras não foram tão bem aplicadas entre os escravizados.

Na Bahia do século XIX, de acordo com estudos trazidos por Isabel Cristina Ferreira dos Reis, houveram maior predominância de uniões ilegítimas por parte dos escravos e até mesmo entre os livres, sobretudo vindos de camadas mais populares. Porém, como a própria autora destaca, existe outros estudos demonstrando a existência de alguns registros de uniões legítimas entre escravizados em Salvador. De acordo com seus dados de

<sup>1</sup> MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. Op. Cit. 2014, p.71

<sup>2</sup> REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. Op. Cit. 1998, p. 30.

casamentos ocorridos na paróquia da Sé, entre 1801 e 1888, foram verificado um número total de 3139 celebrações, sendo que 884 (26,98%) envolviam africanos e afro-descendentes. Entre os 884 casamentos envolvendo africanos e afro-descendentes, apenas 47 deles envolviam algum membro escravo, sendo que entre esse total, 18 foram de homens e mulheres escravizados.<sup>3</sup>

O que se percebe, portanto, é que as uniões legítimas entre escravos não eram comuns, apesar de haver algumas ocorrências, o que não significa dizer que não tenham sido relacionamentos estáveis. No já mencionado estudo realizado por José Flávio Motta e Agnaldo Valentin, os autores afirma que:

O levantamento que realizamos dos registros paroquiais de casamentos corrobora a estabilidade vivenciada pelas famílias escravas em questão. Dessa forma, dos 16 grupamentos familiares chefiados por casais (12), mulheres casadas (2) ou por viúvas (2), foi-nos possível identificar os assentos para 13 casos (81,3%), só não sendo localizados os lançamentos concernentes aos casamentos de três dos doze casais. Os enlaces pertinentes ocorreram entre novembro de 1780 e fevereiro de 1818 (por exemplo, em 26 de outubro de 1794, a escrava Marcela casava-se com Francisco Leite, indivíduo forro, de Sorocaba). Alguns dos matrimônios examinados, cabe salientar, diziam respeito a famílias nas quais um ou mais dentre os filhos presentes com maior idade haviam nascido anteriormente à legitimação das uniões entre seus pais.<sup>4</sup>

Como os próprios autores constataam, a verificação desses dados vão de encontro a afirmação da presente estabilidade vivida entre aquelas famílias escravas.

Todavia, mesmo que em menor número, os escravizados também fizeram uso do sacramento legal. Edson Fernandes, ao analisar 26 registros de casamento encontrados no município de Lençóis, entre 1869 e 1888, encontrou um registro onde um dos noivos era escravizado ou liberto, o que representou 3% do total de casamentos entre livres e escravizados naquela região e período.<sup>5</sup>

Já no que diz respeito a padrões identificados entre os escravizados na busca e obtenção do matrimônio, pode ser destacar algumas observações, como por exemplo a busca de cônjuges de mesma nacionalidade, principalmente ao se tratar de africanos recém chegados. Tal decisão se dava pela existência de uma estrutura hierárquica dentro do cativeiro, no qual o sujeito africano sofreu alguma discriminação por causa de sua origem. Era imputada à origem africana vários estigmas, como a incivilidade e o paganismo, o que pode explicar essa rixa entre crioulos e africanos.

Já por outro lado, o casamento de um cativo recém chegado da África com um cônjuge crioulo o ajudaria no estabelecimento de relações de confiança dentro da sen-

<sup>3</sup> REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. História de Vida Familiar e Afetiva de Escravos na Bahia do século XIX. Salvador, 1998. Dissertação de Mestrado para a Universidade Federal da Bahia. P. 21 a 31.

<sup>4</sup> MOTTA, José Flávio e VALENTIN, Agnaldo. Op. Cit. 2002, p. 05

<sup>5</sup> FERNANDES, Edson. Família escrava numa boca do sertão. Lençóis, 1860-1888. Revista de História Regional, 2003. P 22 e 23.

zala, tornando sua adaptação menos penosa. Ainda assim, de acordo com Florentino e Góes, no que tange às relações lícitas ou ilícitas entre os escravizados, havia processos de seleção no qual os africanos, assim como os crioulos, tendiam a se casar e fechar entre si, ou seja existia uma preferência pela união endogâmica. Os autores destacam que nos momentos de estabilidade, os matrimônios ocorriam principalmente entre parceiros de uma mesma etnia, e em épocas de grandes desembarques a situação se invertia, ocorrendo uniões entre etnias diferentes. Tendo como regra as diferenças nas faixas etárias, os homens eram, frequentemente, mais velhos e monopolizavam as mulheres férteis, e aos escravos jovens, especialmente os nascidos na África, restavam as mulheres mais velhas. Destaca-se o maior índice de masculinidade entre os escravos, o que poderia dificultar as uniões.(FLORENTINO; GÓIS, 1997)

Slenes, em contraposição ao Florentino e Góes, defende que a existência de uma preferência endogâmica por parte dos africanos e crioulos não tenha sido tão significativa a ponto de impossibilitar uniões exogâmicas entre estes indivíduos, mas pelo contrário, em seus estudos ele pode analisar diversas uniões étnicas causadas a partir do tráfico.<sup>6</sup>

## 2.2 O Batismo e Compadrio Escravo:

O batismo é o ato religioso que introduz o indivíduo na comunidade cristã(GOMES, 2012, p. 205)<sup>7</sup>. De acordo com as constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, feitas e ordenadas pelo Reverendo D. Sebastião Monteiro Da Vide:(VIDE, 1853, Títulos X, XI e XV)<sup>8</sup>

### TÍTULO XI

#### EM QUE TEMPO, POR QUE PESSOAS, E EM QUE LUGAR SE DEVE ADMINISTRAR O SACRAMENTO DO BATISMO.

(36) Como seja muito perigoso dilatar o Batismo das crianças, com o qual pssão do estado da culpa ao da graça, e morrendo sem ele perdem a salvação, mandamos, conformando-nos com o costume universal do nosso Reino, que sejam batizadas até os oito dias depois de nascidas; e que seu pai, ou mãe, ou quem delas tiver cuidado, as façam batizar nas pias batismais das Paróquias, de onde forme greguezes: e não o camprindo assim pagarão dez tostões para a fábrica da nossa Sé, e Igreja Paroquial. E se em outros oito dias seguintes

<sup>6</sup> SLENES, R. W. Op. Cit. 2011, p. 60.

<sup>7</sup> GOMES, L. C. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico- demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772 - 1802*. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Dezembro 2012.

<sup>8</sup> VIDE, S. ao M. D. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Lisboa: Typ. 2 de Dezembro, 1719. São Paulo: 1853, 1853. Typ 2.

as não fizerem batizar, pagarão a mesma pena em dobro, e o Pároco os evitara dos Ofícios Divinos, até com efeito ser a criança batizada: e perseverando em sua negligência nos dará conta para serem mais gravemente castigados. E do mesmo modo se procederá contra os que no dito tempo não fizerem levar à Igreja a criança, quando por necessidade foi batizada em casa, para se lhe fazerem os exorcismos, e se lhe porem os Santos Óleos, exceto o caso de legítimo impedimento.

## TÍTULO XV

### DOS CASOS, EM QUE O BATISMO SE PODE FAZER CONDICIONALMENTE.

(61) E porque os escravos, e outras pessoas, que costumam vir de terras de infiéis, pode acontecer, que venham das ditas terras sem serem batizados, ou que estejam em dúvida se o foram, ou não, mandamos se faça muita diligência por averiguar a verdade. E se não constar de seu Batismo com certeza moral, e bastante, os Párocos nos deem conta, ou nosso Provisor, declarando, que certeza, prova ou presumpções ha para se haverem, ou não por batizados, para que se lhes ordene, o que devem fazer. E não dando o perigo lugar a dilatar-se o Batismo até se fazer esta diligência, os Párocos, ou qualquer outra pessoa, que souber fazer o Batismo, os batize condicionalmente depois de instruídos na Fé, quanto o aperto do tempo der lugar, guardando-se o que dissemos no título 14. á num. 48. usque ad num. 51. Mas constando, que os sobreditos são filhos de cristãos, e se criaram entre Cristãos, e foram tidos, e havidos por esses, não devem, nem ainda condicionalmente, ser outra vez batizados, salvo se constar que o não forão por claras, e evidentíssimas provas.

\*\*\*

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia foram redigidas em no momento onde o modelo econômico baseado na mão de obra escrava já estava consolidada no Brasil. As estruturas hierárquicas na colônia sofreram influência portuguesas, porém, tratava-se de um rearranjo social que contava com a integração de um gigantesco contingente de escravizados vindos da África. Nesse panorama, se percebe que o projeto colonizador do Estado português e o projeto evangelizador da Igreja Católica andavam juntos e ideologicamente interligados. Nesse sentido, o batismo representava a porta de entrada para o mundo dos cristãos.

Sendo uma ferramenta fundamental para a instituição católica, o batismo foi vastamente usado nas missões cristãs para evangelizar os povos designados como gentios e pagãos pela Igreja. Essa, de fato, foi a justificação dada pelo Império Português para legitimar a escravização negra; ou seja, retirar esses indivíduos de suas práticas originais e levá-los para seio da cristandade, “salvando suas almas”. Ou seja, o batismo foi central no processo de feitura de novos escravos.



A entrada dos escravizados nos antigos e novos domínios portugueses fazia-se, então, pela evangelização e recepção do batismo. Recebia-se um novo nome, a água do batismo e o sal como sinal da libertação do pecado original, enquanto na ata batismal anotava-se sua condição de cativo e o nome do seu proprietário. O batismo poderia libertar a alma, porém mantinha o corpo do africano escravizado.(MAIA, 2011)<sup>9</sup>

Milhões de africanos foram forçados a embarcar em navios negreiros rumo às terras portuguesas. Esses indivíduos eram, às vezes, batizados antes mesmo do embarque ou nos navios, agilizando seu processo de comercialização. Porém, o batizado foi realizado, na maioria dos casos, após sua chegada no Brasil. Nesse sentido, antes mesmo das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, já haviam regras estabelecidas nas Ordenações Filipinas de 1603, que davam ao senhor a responsabilidade de batizar seus escravos. Após a compra de um cativo de mais de dez anos, o senhor teria até seis meses para levá-lo à pia batismal.

Mandamos que qualquer pessoa, de qualquer estado e condição que seja que escravos de Guiné tiver, os faça batizar e fazer cristãos, do dia que a seu poder vierem até seis meses, sob pena de os perder para quem os demandar. E se algum dos ditos escravos que passe de idade de dez anos(\*) se não quiser tornar cristão, sendo por seu senhor querido, faça-o seu senhor saber ao prior ou cura da igreja em cuja freguesia viver, perante o qual fará ir o dito escravo; e se ele, sendo pelo dito prior e cura admoestado e requerido por seu senhor, perante testemunhas, não quiser ser batizado, não incorrerá o senhor em dita pena. E sendo os escravos em idade de dez anos ou de menos, em toda a maneira os façam batizar até um mês do dia que estiverem em posse deles; porque nestes não é necessário esperar seu consentimento. E as crianças que em nossos reinos e senhorios nascerem das escravas que das partes de Guiné vierem, seus senhores as farão batizar aos tempos que os filhos das cristãs naturais do Reino se devem e costumam batizar, sob as ditas penas.(LARA, 1999, p. 308)<sup>10</sup>

Como se pode esperar, nos primeiros anos do tráfico negreiro, a maior parte dos africanos trazidos eram adultos, e com o passar do tempo, houve, naturalmente, a reprodução entre eles, produzindo uma comunidade afro-brasileira ou crioula. O batismo deveria ser realizado logo depois do nascimento. No entanto alguns senhores provavelmente não cumpriam muitas das exigências, tanto da Igreja quanto do Estado, em relação aos seus cativos, como os que mandavam trabalhar nos dias proibidos, como domingos e dias santos ou mesmo que levavam seus cativos para batizar em outras freguesias, permitiam a união entre escravos sem a legitimação da igreja.

Era de responsabilidade do clero local o cuidado por todos aqueles que recebiam o santos óleos, registrando todos os batismos realizados. Além disso, em caso de denúncia, sobre o não cumprimento das ordenações do reino, o senhor poderia perder a posse do cativo para o denunciante, marcando a importância documental dos registros de batismos.

<sup>9</sup> MAIA, M. R. de C. Uma nova interpretação da chegada de escravos africanos a América portuguesa (minas gerais, século XVIII). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, 2011.

<sup>10</sup> LARA, S. H. Ordenações filipinas. In: LETRAS, C. das (Ed.). *Livro V*. [S.l.: s.n.], 1999, (Coleção Retratos do Brasil, 16).

Ao ser adquirido e chegar a sua nova moradia, geralmente, o senhor encarregava outros escravos no acompanhamento do recém-chegado, com a obrigação de ensinar-lhe o ofício, inserindo no mundo do trabalho e, assim, iniciava o seu processo de socialização. Dentro dos primeiros seis meses de sua chegada, é que o escravo deveria ser informado da necessidade de ser batizado e da escolha do seu outro nome que o acompanhará nos documentos oficiais, nas matrículas de escravos, nos testamentos e inventários do senhor.<sup>11</sup>

Por muito tempo, a historiografia definiu a escravidão a partir de uma visão dualista, que não considerava a abertura para negociações entre senhores e escravos, enfatizando apenas as práticas de violência que resultaram da dita “acomodação” da população escravizada. De fato, a escravidão foi muito tenebrosa, mas não foi uma relação de uma única via, na qual o senhor mandava e o escravo obedecia. Os trabalhos historiográficos mais atuais têm revelado vertentes ainda pouco explorada sobre a escravidão negra na América portuguesa. A seguinte pesquisa aponta para a importância que tinham a população negra escravizada para o funcionamento econômico e social da comunidade. O compadrio surge como possibilidade de extensão da família, produzindo alianças que foram valorizadas tanto dentro quanto fora do cativeiro. Como aponta Luciano Gomes:

O apadrinhamento cria laços não apenas espirituais como sociais entre pais, padrinhos e crianças presentes na pia batismal. Realizado no interior das relações desiguais próprias ao escravismo, o apadrinhamento tendia a unir os indivíduos mais desafortunados àqueles detentores de maiores recursos econômicos, relacionais e simbólicos. Se, por um lado, poderia assegurar ao afilhado e a seus pais o compromisso de proteção originado de alguém melhor colocado, por outro, produziria redes verticais dentro de uma sociedade, clientelísticas, de modo a garantir a estabilidade das relações desiguais de poder.<sup>12</sup>

A utilização do rito do compadrio transcendeu seu significado religioso, pois além do padrinho tornar-se uma espécie de protetor espiritual da criança, ele também estabelecia laços entre o padrinho e os pais da criança, dando sentido a chamada família espiritual. Se os pais carnais traziam a criança ao mundo, os compadres a conduziam à graça de Deus. O complexo do compadrio estabelecia, portanto, elos profundos e espirituais. Tratava-se da conexão do mundo carnal da criança com o mundo espiritual, sendo os padrinhos pessoas de carne e osso que mediam a relação entre o conjunto do nascimento (pai, mãe e filho) e o Reino de Deus (HAMEISTER, 2006, p. 206)<sup>13</sup>. Por esse motivo, o compadrio pode adquirir inúmeras funções sociais, sendo utilizada pelos escravizados como estratégia na busca de proteção, através do forjamento de alianças, e da liberdade.

Em uma sociedade marcada pela escravidão, na qual os africanos passaram a integrar a comunidade cristã, após recebimento dos santos óleos, o sacramento não significava

<sup>11</sup> MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. Op. Cit. 2011. p 05

<sup>12</sup> GOMES, Luciano Costa. Op. Cit. 2012, p. 233

<sup>13</sup> HAMEISTER, M. D. *Para dar calor á nova provação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir de registros batismais da Vila do Rio Grande (1738 - 1763)*. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

uma paridade entre os entes pertencentes ao batismo. Pelo contrário, nas relações entre senhor e escravizado, o batismo não alterava a hierarquia existente entre ambas, mas se fazia uso dessas estruturas. Segundo Cacilda Machado:

(...)a despeito disso a instituição não deixava de se constituir em uma aliança hierárquica, já que muito raramente um escravo era padrinho ou madrinha de uma criança livre, e os cativos tendiam a preferir madrinhas e, especialmente, padrinhos forros ou livres para seus filhos, sobretudo os cativos de unidades escravistas de pequeno porte.<sup>14</sup>

Um importante aspecto presente na relação de compadrio entre o senhor e escravo, em uma perspectiva vertical, é de que o apadrinhamento resultava, frequentemente, em uma aliança capaz abrandar as diferenças entre ambos. Cacilda Machado afirma que:

(...) a casa de um compadre passava à condição de território amigo, ou familiar, onde o outro compadre e sua família (escravos ou não) teriam trânsito livre. Dessa perspectiva, o parentesco ritual com membros de famílias escravistas permitia a cativos, forros e a pardos e negros livres a comunicação e a convivência com a escravaria e os agregados das casas senhoriais, muitos deles seus parentes.<sup>15</sup>

Entre os objetivos a serem alcançados pelos escravizados, destacava-se, obviamente, a obtenção da liberdade para si e para seus familiares. Nesse sentido, os estudos têm mostrados que a concessão de alforrias para recém-nascidos realizada na pia batismal foi relativamente comum, ao longo de todo período escravista (GUEDES; FRAGOSO, 2016, P. 11)<sup>16</sup>. O estabelecimento de laços de compadrio com pessoas mais importantes beneficiaria tanto o afilhado quanto aos seus pais, devido as obrigações subjacentes ao padrinho.

Para os escravizados, o compadrio possibilitou alianças no mundo do cativo, produzindo laços de solidariedade na formação da família espiritual; alianças que poderiam significar maior representação nas negociações cotidianas com os senhores. Além disso, os cativos tinham também a possibilidade de escolher seus parentes espirituais no universo dos livres e libertos.

Para cunho jurídico, o registro de batismo ganha significativa importância pois, para o senhor, tal documento poderia servir como prova da propriedade de filhos de seus escravizados, enquanto para a outra ponta, dada a alforria na pia batismal, esse documento servia como prova desse ato. Nesse sentido, tudo indica que o assento de batismo que registrava uma alforria equivalia, ou até mesmo substituiria, uma carta de alforria passada ou não em cartório. Por esse motivo a presença de testemunhas nos atos

<sup>14</sup> MACHADO, Cacilda. Op. Cit. 2008, p. 290.

<sup>15</sup> MACHADO, Cacilda. Op. Cit. 2008. P. 354.

<sup>16</sup> GUEDES, R.; FRAGOSO, J. ao. *História Social em Registros Paroquiais [Sul-Sudeste do Brasil, século XVIII-XIX]*. [S.l.]: ●, 2016.

de batismo marcado pela alforrias dos batizando foi se tornando cada vez mais comum. De acordo com Roberto Guedes e João Fragoso:

Pode-se imaginar que essa presença de testemunhas reforçava o caráter “oficial” do assento, ao tornar a concessão da alforria pública e notória na comunidade local. É igualmente plausível creditar a participação de testemunhas ao desejo dos proprietários de compartilhar o seu ato de compaixão com um elenco expandido de personagens – afinal, de modo geral, havia um par de padrinhos a fazer parte do ato sacramental. Aliás, a notoriedade talvez fosse aumentada pela frequente presença de clérigos, tanto como padrinhos, quanto como testemunhas. Ao mesmo tempo, nos parece bem provável que todo esse esforço de tornar a concessão de alforria amplamente pública fizesse parte de uma espécie de rito de cunho paternalista, no qual cabia aos senhores se vangloriarem de suas benesses e à comunidade conhecer as mesmas.<sup>17</sup>

Quanto mais provas se pudesse ter quanto a alforria concedida, melhor seria para aquele que a recebesse, pois era bastante frequente a contestação dessa liberdade por parte dos herdeiros. Partindo dessa análise, em uma sociedade na qual as leis não estavam devidamente expressa em um livro, no sentido que temos hoje, era de suma importância que a liberdade desses indivíduos fosse de conhecimento comum daquela comunidade, pois assim reduziram-se as chances de uma possível contestação da alforria.

Cacilda Machado defende que a preferência por padrinhos livres se verificava, sobretudo, entre os cativos pertencentes a pequenas escravarias. Por certo, o tamanho do plantel é um dado a ser levado em conta na análise do padrão de compadrio encontrado entre os escravizados. Em grandes plantéis, os escravizados prefeririam compadres de mesma condição jurídica, porque os laços de compadrio atenderam a dois aspectos importantes da vida de cativos de grandes propriedades, permitido a socialização dos cativos em uma comunidade escrava, por estabelecimento desses laços familiares tornada possível e a possível redução dos conflitos na aquisição de novos cativos.

<sup>17</sup> GUEDES, Roberto. FRAGOSO, João. Op. Cit. 2016, p. 18 e 19

## 3 UMA APROXIMAÇÃO: O Compadrio em Viamão No Final Do Século XVIII

### 3.1 Contexto Histórico da Freguesia

Região inicialmente conhecida como Campos de Viamão, abrangia uma enorme área, no nordeste do atual Rio Grande do Sul. Os campos correspondiam às terras situadas ao sul do rio Mampituba, tendo ao leste o Oceano Atlântico, e a oeste e a sul a baliza fluvial do Guaíba e da Lagoa dos Patos. Para os paulistas e lagunistas que exploraram o Rio Grande a partir do “Caminho da Praia” os campos eram todas as planícies despovoadas à margem esquerda do Rio de São Pedro.

Por motivações econômicas, derivadas da descoberta de exploração das Minas Gerais, e principalmente as necessidades de abastecimento e transporte, provocaram a integração do sul ao mercado interno colonial. A grande atração dos campos de Viamão consistia nas grandes reservas de gado bovino. Em 1727, foi ordenado pelo capitão-geral de São Paulo a abertura das estradas de Laguna, ligando os campos do Rio Grande aos de Curitiba, possibilitando a passagem das tropas de gado. Dessa maneira, a abertura das estradas através do planalto para São Paulo, via Curitiba e Sorocaba (1727-1732), possibilitou à capitania fornecer bovinos, equinos e muares para as comunidades urbanas mineradoras de Minas Gerais, iniciando, com os tropeiros, a integração dos campos de Viamão com as regiões mineradoras do sudeste colonial.(KÜHN, 1999, p. 71)<sup>1</sup>

Os animais produzidos por este imenso espaço, no qual se incluíam a Fronteira do Rio Pardo, os Campos de Montevideo, o Triunfo, o Viamão e Santo Antônio da Patrulha, eram escoados pela rota que se afunilava em São Francisco de Paulo de Cima da Serra. Até ali havia uma diversidade de caminhos possíveis, dentre as muitas regiões. Até onde pude explorar, havia duas possibilidades de subir a serra em direção à São Francisco, uma pelo vale do Rio Rolante, próxima à Patrulha e outra pelo vale do Rio da Ilha, na direção norte da Freguesia dos Anjos. Ruben Neis destaca o caminho do Rolante, que interligava a localidade de Santo Antônio da Patrulha, junto à Viamão, e São Francisco.(GIL, 2009, p. 81)<sup>2</sup>

A partir de 1732, o Rio Grande de São Pedro (como era conhecido o Rio Grande do Sul) passou a atrair colonizadores que se radicaram na região de Viamão. A primeira povoação neste território se iniciou a partir do estabelecimento de estâncias agrárias estabelecidas, sobretudo, na década de 1750, apesar de já haver alguma população ali desde

<sup>1</sup> KÜHN, F. A fronteira em movimento: relações luso-castelhanas na segunda metade do século xviii. 1999.

<sup>2</sup> GIL, T. L. *Coisas do caminho – Tropeiros e seus negócio do Viamão à Sorocaba (1780-1810)*. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

1730. compostos por migrações vindas da Laguna, especialmente por parte da elite daquela localidade.<sup>3</sup> Houve um considerável crescimento no povoamento de Viamão em finais da década de 1740 e princípio de 1750, quando o número de fogos mais do que dobrou, alterando de forma substancial o padrão demográfico daquela região. No ponto de vista de Fabio Kühn:

Vários motivos podem ter contribuído para que a região se tornasse atraente aos olhos de muitos povoadores nessa conjuntura: o relativo esvaziamento econômico de laguna, que provocou a migração de alguns de seus moradores para Viamão; a fundação da vila de Rio Grande em 1737, ponto de referência para a população portuguesa residente em Viamão, que para lá se deslocava para batizar seus filhos, por exemplo; ou ainda a própria dinâmica econômica da região, cada vez mais integrada aos mercados consumidores de gado do Sudeste brasileiro.<sup>4</sup>

A freguesia de Viamão foi fundada, oficialmente, em 1747. Chegou a receber a provedoria da Fazenda e outras instituições oficiais. Além de Porto Alegre, a população de Viamão originou freguesias como Santo Amaro, Triunfo, Rio Pardo, Taquari e as freguesias do litoral norte. A população de Viamão passa de 1300 habitantes no ano de 1778 para uma quantidade de 1891 em 1780, demonstrando um considerável crescimento. (SIRTORI; GIL, 2011, p. 02)<sup>5</sup>

Um dos estudos elaborados por Kühn, sobre os estratos sociais pertinentes à Viamão na sua fase inicial já apontava para um surpreendente número elevado de povos escravizados. Em seu levantamento, após duas décadas do início do povoamento, a freguesia de Viamão contava com mais de 42% de sua população sendo cativa de origem africana e 3% sendo cativos de origem indígena. Sua elevada população de escravizados assemelhava-se às zonas mineradoras ou de plantation. Segundo o autor:

(...) em 74 dos fogos analisados (62%), havia cativos, indicando uma grande dispersão do padrão de posse de escravos. Isso também se reflete na relativa baixa posse média de cativos por fogo, equivalente a quatro escravos por unidade doméstica (considerando-se o conjunto de fogos em que havia trabalhadores servis). O levantamento paroquial de 1751 permite assim entender uma sociedade fortemente dependente da mão-de-obra cativa, especialmente africana.<sup>6</sup>

Em 1763, a freguesia recebeu a Câmara de Vereadores de Rio Grande, a qual, até então, localizava-se em RG, que tinha a sede na Vila do Rio Grande, e que foi transferida devido à invasão da Capitania pelos espanhóis. Viamão se conservou sede do governo até 1773. Nesta época, a sede foi transferida para Porto dos Casais (atual Porto Alegre).

<sup>3</sup> SIRTORI, Bruna. GIL, Tiago Luís. *A Geografia Do Compadrio Cativo: Viamão, Continente do Rio Grande De São Pedro. 1771-1795*, p. 1.

<sup>4</sup> KÜHN, Fábio. *Op. Cit.*, 2006, p. 104

<sup>5</sup> SIRTORI, B.; GIL, T. L. *A geografia do compadrio cativo: Viamão, continente do rio grande de são pedro, 1771-1795*. 2011.

<sup>6</sup> KÜHN, Fábio. *Op. Cit.* 2006, p. 111

Por todo o século XVIII, Viamão contava basicamente com uma grande economia agro-pastoril volta voltada para o mercado interno. E como foi apontado anteriormente, Viamão contava com um alto número de cativos. Kühn demonstra que a população cativa estava presente nos campos de Viamão de maneira precoce; ou seja os imigrantes que ali se fixaram não tinham tido tempo de acumular capital inicial para a compra de escravizados, mas importaram as estruturas peculiares dos seus locais de origem, seu “modus vivendi” como se refere o autor.

É importante ressaltar que existe um custo para a manutenção dessa estrutura escravista, como por exemplo a compra de roupas e de alimentos para os escravizados, o que faz necessário uma lucratividade mínima por parte dos senhores. Contudo, havia ali, nas mãos dos fazendeiros, uma estrutura econômica capaz de cobrir esses gastos, mantendo pelo menos o mínimo.

O passado escravista brasileiro deixou de ser compreendido apenas pela lógica do sistema plantation agro-exportador, abrindo espaço para melhor compreender o funcionamento social imperante nas regiões que não seguiam essa estrutura econômica.

## 3.2 Construção do Banco de Dados:

Partindo dos registros paroquiais do arquivo da Cúria metropolitana em Porto Alegre, foram coletados os registros batismais da freguesia de Viamão. Como pode se observado na imagem abaixo (Figura 1)(SANTS, 2018)<sup>7</sup>, muito desses registros estão em alto nível de degradação natural, dificultando a leitura do arquivo.

---

<sup>7</sup> SANTS, T. C. of Jesus Christ of Latter-day. *FamilySearch*. 2018.

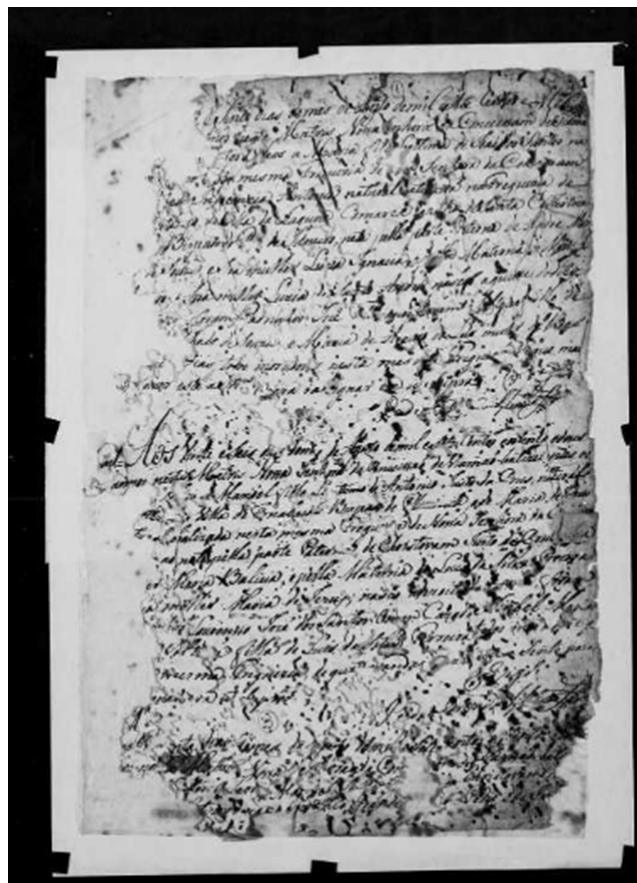


Figura 1 – Registro de Batismo da Freguesia de Viamão (1782)

Foi criado um Banco de Dados na plataforma “FileMaker” (Figura 2), que possibilitou relacionar dados de diferentes tabelas, organizando-os de forma ordenada, além de permitir a adição de novos elementos a partir de novas leituras. Foi coletada uma grande quantidade de registros batismais, que por sua vez tiveram seus dados separados e organizados em campos estáticos, um para cada informação. São informações as quais não se repetem. Procedimentos necessários para que não se perdesse a riqueza dos dados.



**Registros de Batismo**

Busca de nome: Joaquim  
Busca numérica: [ ]

**CODIFICAÇÃO**

nome do filho: **Mauricia** sexo: [ ]  
filho legítimo: [ ] Data do batismo: 1785-06-13 2 Data do Nascimento: 28/05/1785

listar laços senhores

Pai: Domingos Gomes Ribeiro Mãe: Teodora  
Avô paterno: [ ] Avô Materno: [ ]  
Avô Paterna: [ ] Avô Materna: [ ]

Padre: [ ] Igreja, Capela, propriedade: [ ]  
Freguesia: Viamão Local do Batismo: [ ]  
Local de Nascimento: [ ]

Observações: [ ]  
DETALHE PAIS: naturalidade: [ ]

Manuel Fernandes de Carvalho Domingas Ferreira Pinta

Livro de Batismo 04 FL: 153v  
Código - Fonte: BVO-04-153v-1924 gerar cód

inf	quem	agente	cód_agente	informação	cód_local	código
NAT	PAI	Joaquim		naturalidade		BVO-04-153v-1924
QUALI	PAI	Joaquim		crôudo		BVO-04-153v-1924
ESC	PAI	Joaquim		escravo de Domingos Gomes Ribeiro		BVO-04-153v-1924
NAT	MÃE	Teodora		naturalidade		BVO-04-153v-1924
QUALI	MÃE	Teodora		partida		BVO-04-153v-1924
ESC	MÃE	Teodora		escrava de Domingos Gomes Ribeiro		BVO-04-153v-1924
QUALI	SENHOR	Domingos Gomes Ribeiro		capitão		BVO-04-153v-1924
QUALI	PADRINHO 1	Manuel Fernandes de Carvalho		partido forro		BVO-04-153v-1924
QUALI	MADRINHIA	Domingas Ferreira Pinta		partida forra		BVO-04-153v-1924

Figura 2 – Plataforma FileMaker - Registros de Batismos da freguesia de Viamão

Uma base Batismos foi criada para dar conta da diversidade de registros batismais elaborados pela Cúria metropolitana em Porto Alegre a respeito dos batismos em Viamão. Como pode ser observados na figura acima, os campos centrais são: Nome do Inocente, Pai, Mãe, Avô Paterno, Avó Paterna, Avô Materno, Avó Materna, Padrinho 1 e Padrinho 2, além de Data do Batismo, Data do Nascimento, condição de legitimidade da criança, Padre, Local do Batismo e Código da Fonte. Há um campo “senhor” para cada personagem, de modo que se torna muito fácil identificar cativos de senhores diversos atuando como padrinhos, pais e mães em diferentes ocasiões e papéis.

Ultrapassando as informações centrais, parte dos registros traz outras informações, bem como a origem dos pais, padrinhos e avós. Podendo conter também detalhes acerca da posição social dos presentes. Para dar conta destas informações, que se modificam ao longo do tempo e de acordo com o pároco que registra, foi criada uma espécie de base paralela no interior de cada registro, denominada “detalhamento”, na qual se pode preencher o número de linhas necessárias para dar conta de todas as informações possíveis, como pode ser observado abaixo:

- \* **BAT** - Batizado ou batizada
- \* **NAT** - Natural
- \* **LOC** - Local de moradia
- \* **QUALI** - Qualificativ
- \* **ECIV** - Estado civil
- \* **OBS** - Observação
- \* **ESC** - Escravo de
- \* **SNR** - Senhor de
- \* **NOTA** - Nota escrita à margem do batismo
- \* **EXTREMIS** - Batizado in extremis
- \* **CERT** - Certidão de batismo passada posteriormente
- \* **GÊMEOS** - Quando a criança batizada tem um irmão gêmeo
- \* **BATIZADOR** - Informar pessoa que batizou in extremis ou licença
- \* **PROC** - Procuração
- \* **OUTORG** - Outorga
- \* **DEFUNTO** - Quando um dos agentes citados é falecido
- \* **FILH** - Para indicar filiação
- \* **PAI** - Para indicar paternidade
- \* **MÃE** - Para indicar maternidade
- \* **EXPOSTO** - Quando o inocente é exposto ou enjeitado
- \* **ACOLHEDOR** - Para informar quem recebeu a criança exposta
- \* **PARTO** - Para informar quem realizou o parto

### 3.3 Análise a Partir Registros de Batismos de Viamão:

Partindo dos registros paroquiais do arquivo da Cúria metropolitana em Porto Alegre, foram coletados e analisados, a partir da plataforma FileMaker, 1362 registros batismais da freguesia de Viamão, entre o período de 1769 a 1791. A partir dos dados, foi possível criar um gráfico que expõe o número de batismo entre escravos e livres realizado a cada ano dessa análise, sendo possível a comparação entre os valores (Figura 3). O número de batismos entre livres sempre se manteve em maior número, porém, é notório o crescimento de batismos escravos a partir dos anos de 1784, como pode ser observado com maior precisão na Figura 4.

Como já citado, houve um crescimento de um pouco mais 45% na população de Viamão entre os anos de 1778 e 1780, período no qual não foram encontrados registros de batismo escravo. Porém, o substancial crescimento no número de batismos escravos observado nos anos seguintes, pode indicar um crescimento do índice de natalidade entre os escravizados ou, talvez, a compra de cativos não batizados.

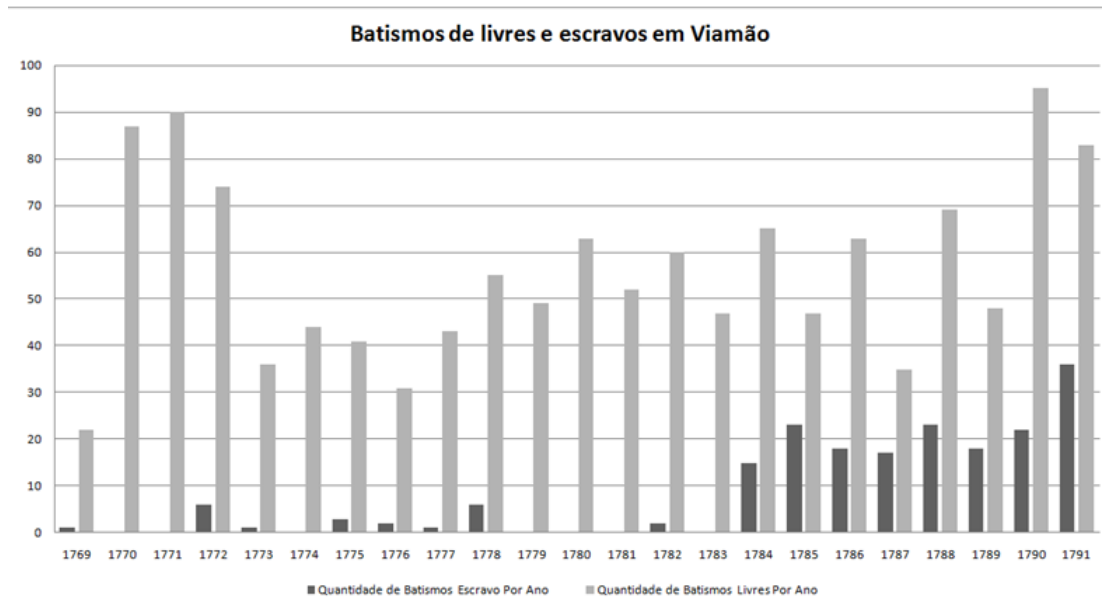


Figura 3 – Batismos de Livres e Escravos Por Ano em Viamão (1769 - 1791)

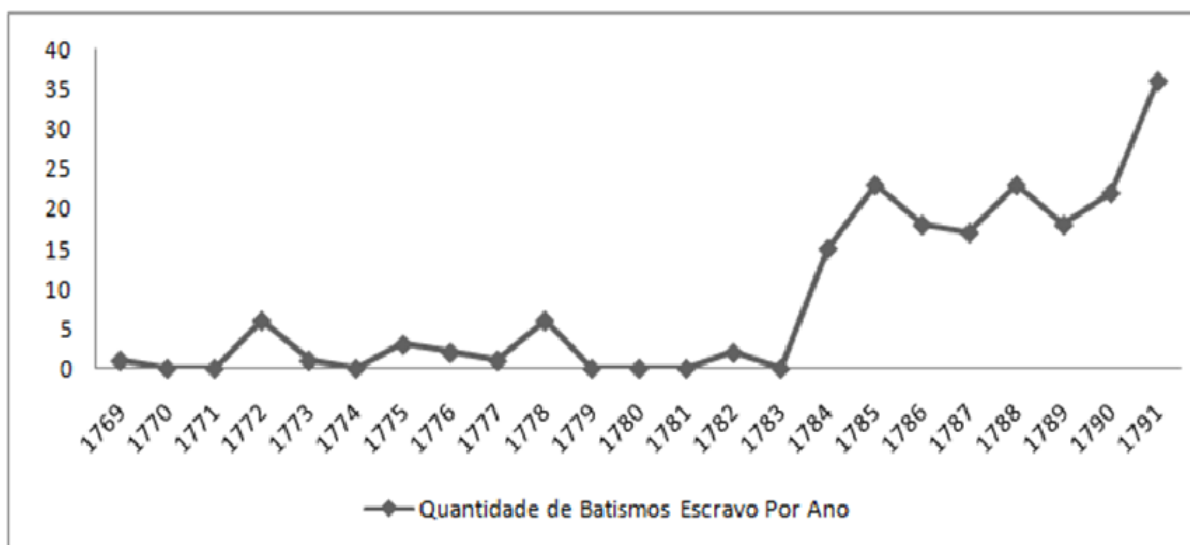


Figura 4 – Quantidade de Batismo Escravo Realizados Por Ano em Viamão (1769 - 1791)

É importante destacar os limites encontrados ao analisar tais fontes. Os dados levantados nessa pesquisa são correspondentes aos Livros de Batismos da Freguesia de Viamão. Contudo, o livro de número 3, que diz respeito aos batismos somente de escravos, entre os anos de 1767 até 1785, foi perdido. Tal perda, deixa uma lacuna irreparável nesse estudo, podendo ser observadas nos gráficos acima. Contudo, prossigo com minha análise fazendo uso apenas dos dados que pude ter acesso.

Porém, a partir dos registros batismais é possível fazer algumas observações a respeito da estrutura familiar contida no documento. Vale destacar que a análise sobre família escrava abordada neste trabalho entende que a centralidade está localizada na mãe, por motivos jurídicos e sociais, como explica Márcio Blanco:

Como os filhos “herdavam” a condição jurídica da mãe, apenas o ventre das escravas gerava novos escravos; o filho de um homem cativo com uma mulher livre, por exemplo, nasceria livre. Assim, ao pesquisar a família escrava o historiador deve dar especial atenção às mulheres, pois a sua presença em uma unidade domiciliar indica a possibilidade de existir família e em caso de procriação implicaria no aumento do plantel em questão.(BLANCO, 2011, p. 04)<sup>8</sup>

Segundo o levantamento dos dados, a Família Livre esteve, ao longo de todo o período, inegavelmente em maior número. No total de 1307 registros de batismos analisados, 1149 são de famílias livres, enquanto os outros 158 são referentes às famílias escravas. O gráfico abaixo faz uma comparação entre a proporção de ambas as famílias ao longo dos anos estudados.

<sup>8</sup> BLANCO, M. M. A senzala em movimento: notas sobre os primórdios da família escrava nos campos de viamão (1747 - 1758). 2011.

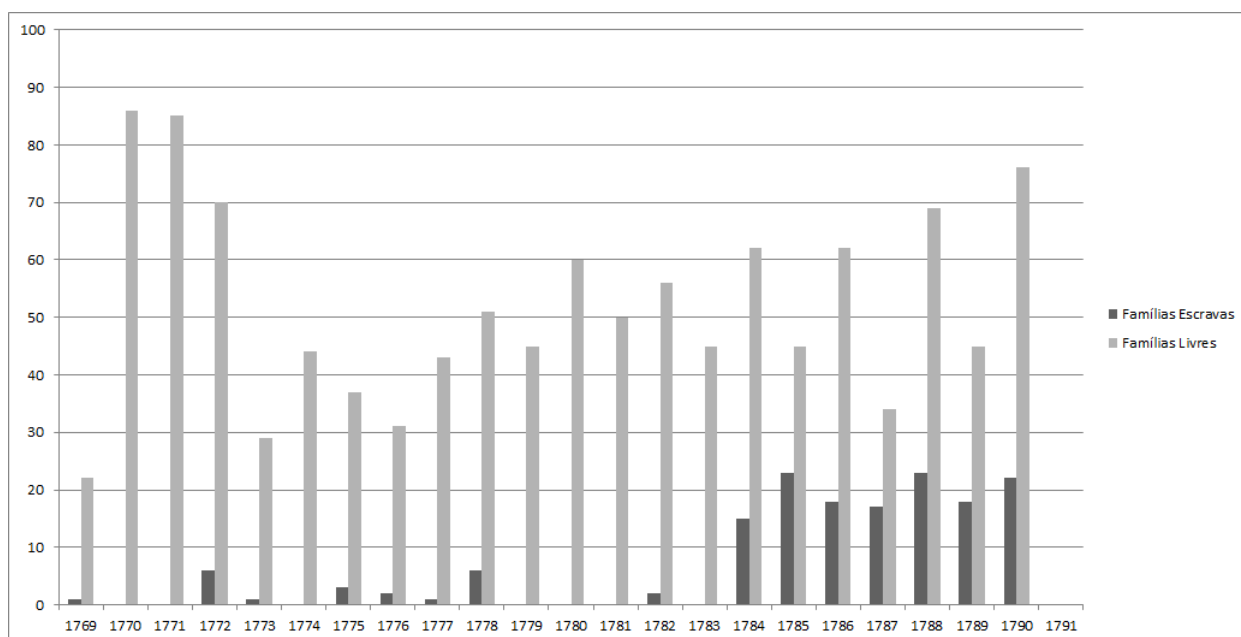


Figura 5 – Quantidade de Batismo por Qualidade Jurídica Familiar em Cada Ano

Como o foco deste estudo é tentar enxergar o perfil da família escrava em Viamão da segunda metade do século XVIII, será utilizado, daqui para frente, apenas os 158 registros referentes às famílias escravas. Como pode ser observado no gráfico a seguir, destaca-se o retrato da família escrava no qual a Mãe era solteira, compondo 97 dos casos. Ou seja, em 61% dessas famílias o nome do Pai não se faz presente nos registros. Outros 47 casos são de famílias compostas por Mãe e Pai escravizados. Por fim, nos outros 14 casos, o Pai era livre ou Incógnito. Não houve casos onde a Mãe era livre e o Pai escravo. Foi entendido como sujeitos livres, aqueles que apareciam nos registros sem qualquer menção a condição de escravo. Destaco que, não ter registro do pai não significava, necessariamente, não ter relacionamento estável.

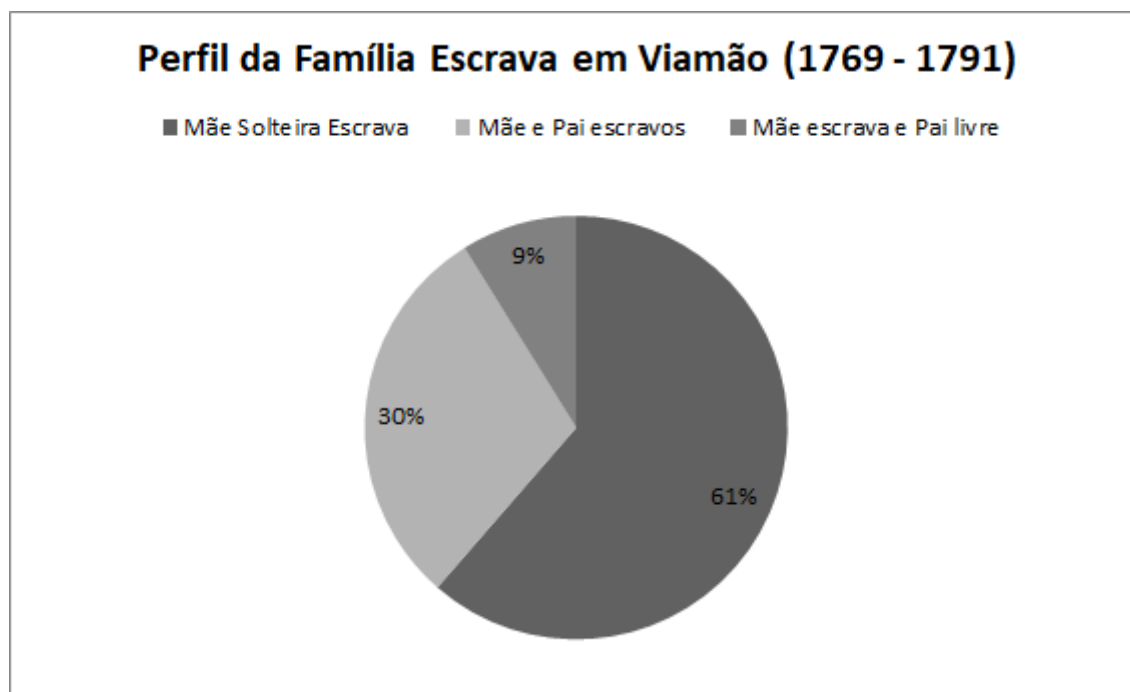


Figura 6 – Perfil da Família Escrava na Freguesia de Viamão (1769 - 1791)

Ao analisarmos esses valores ao longo do tempo, observamos que, em relação a primeira década, período que se estende de 1779 até 1791, o gráfico irá apontar para o que poderia ser uma explosão na quantidade de famílias escravas na freguesia de Viamão, indicando um crescimento de até 590% do total de registros. Porém, trata-se da já indicada falta de registros entre os anos de 1767 até 1780.

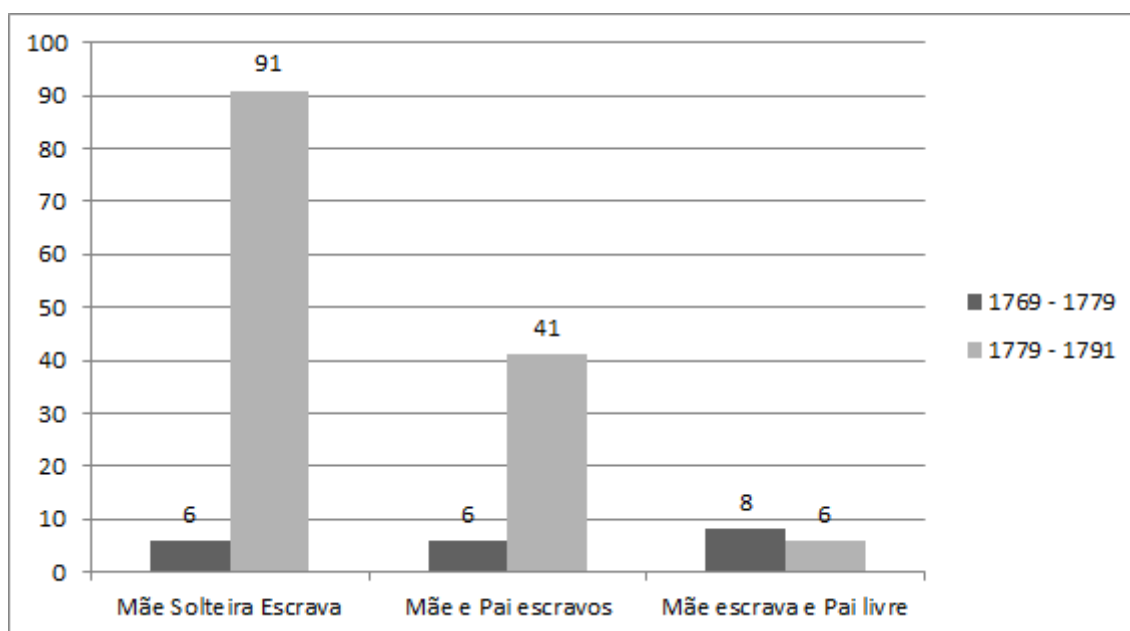


Figura 7 – Perfil da Família Escrava na Freguesia de Viamão por Década

Dos 14 casos de famílias com mãe escrava e pai livre, 8 foram registrados como “Pai Incógnito”. Pode-se, também, interpretar os casos de “Pai Incógnito” quando o relacionamento não tinha a legitimidade da Igreja (relação ilícita), ou por desconhecimento do nome, ou, talvez, quando o pai não queria ter seu nome vinculado a criança. Não há muito o que se possa inferir quanto aos pais incógnitos e isso se deve pelas limitações documentais encontradas nos registros. Um caso interessante é o da inocente Antônia, que aparece nos registro de batismo com a seguinte observação: *“criança batizada como forra, o senhor assina com o padre”*. O senhor em questão é Antônio da Silveira, casado com Guiomar Antônia. A inocente Antônia é filha de Felipa, apontada como Crioula, e seu pai aparece como incógnito. Ambos os padrinhos, Antônia José de Souza Coutinho e Ricarda Rosa dos Santos (casados) eram livres. Dos 8 registros batismais nos quais o pai aparece como incógnito, esse foi o único no qual a criança foi alforriada na pia batismal.

Também podemos citar o caso do casal Domingos e Antônia, escravos do senhor Pascoal Munhoz. A filha do casal, inocente Ana, teve como padrinhos Antonio Garcia e sua esposa Francisca Inácia, ambos livres. No registro em questão aparece a seguinte observação: *“criança alforriada pelo seu senhor, assinando o padrinho juntamente com o padre”*. Entre as 47 famílias constituída por ambos os pais escravizados, apenas duas crianças receberam alforria na pia batismal: Ana, aqui mencionada, e Bernadino, mencionado no próximo exemplo.

Já o Caetano e Isabel que tiveram dois filhos: o primeiro é Bernadino, batizado em 1772, e a Marta, batizada no ano seguinte. No registro de Bernadino, o Caetano aparece como escravo de Manuel Vieira da Silva, assim como Isabel, apontada como natural de Angola. Já no segundo registro, da Inocente Marta, Caetano não é associado a nenhum senhor, aparecendo no registro como livre. No entanto, Isabel continua sendo escrava de Manuel Vieira da Silva. Mas o que chama atenção é que ambos os filhos tiveram a alforria concedida na pia batismal. No registro de batismo de Bernardino consta a seguinte observação: *“a criança foi alforriada na pia, apesar de não dizer no registro explicitamente, mas declara-o como crioulo forro e o “senhor que foi do batizando” assina o termo junto com o vigário. Crioulo forro”*. E no caso de Marta, a observação contida no registro de batismo é a seguinte: *“alforriada na pia pelo seu senhor que assina com o vigário”*. Tanto os padrinhos de Bernadino quanto os de Marta eram livres.

Em todos os exemplos mencionados acima, se repete a ação de declarar os inocentes alforriados durante o rito de batismo, na pia batismal. Porém, encontra-se no registro batismal de Bernadino as seguintes palavras: *“(..).apesar de não dizer no registro explicitamente, mas declara-o como crioulo forro (...)”*. E por fim, a criança é declarada Crioulo forro. Esse destaque é bastante importante pois reafirma a tese já defendida no segundo capítulo, de que o registro de batismo assumia, não só um caráter religioso, mas também jurídico, podendo muitas vezes substituir a carta de alforria.

Entre outras semelhanças encontradas nos exemplos anteriores, destaca-se o fato de que todos os padrinhos mencionados eram livres. Na tentativa de entender o perfil do compadrio buscado pelas famílias escravas em Viamão, foi feita, a partir desse crivo, outras análises no banco de dados. O gráfico abaixo ilustra bem o perfil do compadrio escravo na freguesia.

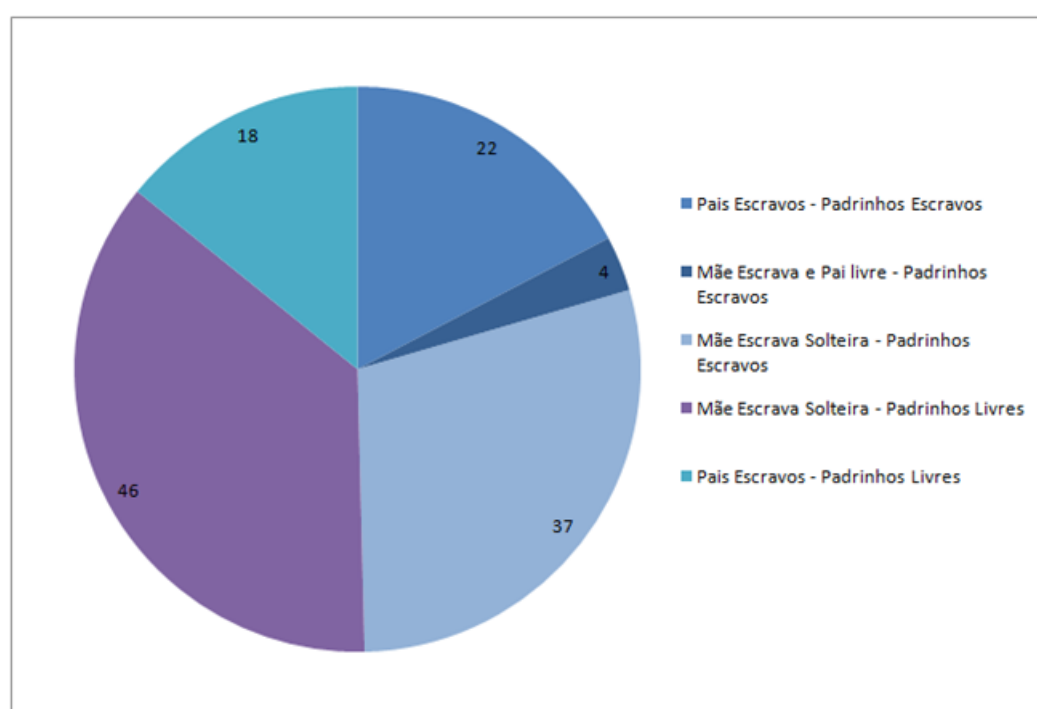


Figura 8 – Condição Jurídica do Compadrio em Relação a Família Escrava (Viamão 1769 - 1791)

Entre as famílias escravas compostas por Mães solteiras, 46 delas optaram por escolher padrinhos livres e outras 37 escolheram padrinhos escravos. Entre as famílias compostas por mãe escrava e pai livre, foram encontrados 4 casos de padrinhos escravos. Já nos casos de famílias compostas por pais escravos e padrinhos escravos, encontramos um total de 22 registros.

A partir dos registros batismais das 22 famílias compostas por pais e padrinhos escravos, foi feita uma análise de rede social com o propósito de observar os relacionamentos que não são explícitos a partir das interações entre os diferentes agentes. Ou seja, a família escrava e o compadrio escravo foi tido como referência para essa análise, assim como seus respectivos senhores. Os dados foram transportados da plataforma *FileMaker* no formato de tabelas digitais, de modo a facilitar seu manuseio. A partir daí, foi utilizada



a Software *Gephi*, que permite a visualização e exploração de tipos de redes e sistemas complexos, grafos dinâmicos e hierárquicos, como poderá ser visto na adiante.

Cada *nó*, na forma de um círculo, representa um indivíduo presente na rede: mãe, pai, padrinho, madrinha e senhores. O tamanho da circunferência diz respeito ao peso das relações estabelecida pelos agentes. De modo que, quanto maior for a circunferência, maior será sua rede de influência. As arestas são as linhas que conectam os nós, representando os tipos de relação estabelecida entre os agentes. Cada *aresta* tem associada a si uma pequena nomenclatura que indica o tipo de relacionamento estabelecido pelos agentes<sup>9</sup>. As cores de cada nó tem o objetivo de unir os indivíduos casados entre si. No entanto, como o foco não está nos senhores, representados pela letra “S”, dentro do espectro de classificação das cores para essa análise, foi estabelecida uma tonalidade menos acentuada para estes sujeitos.

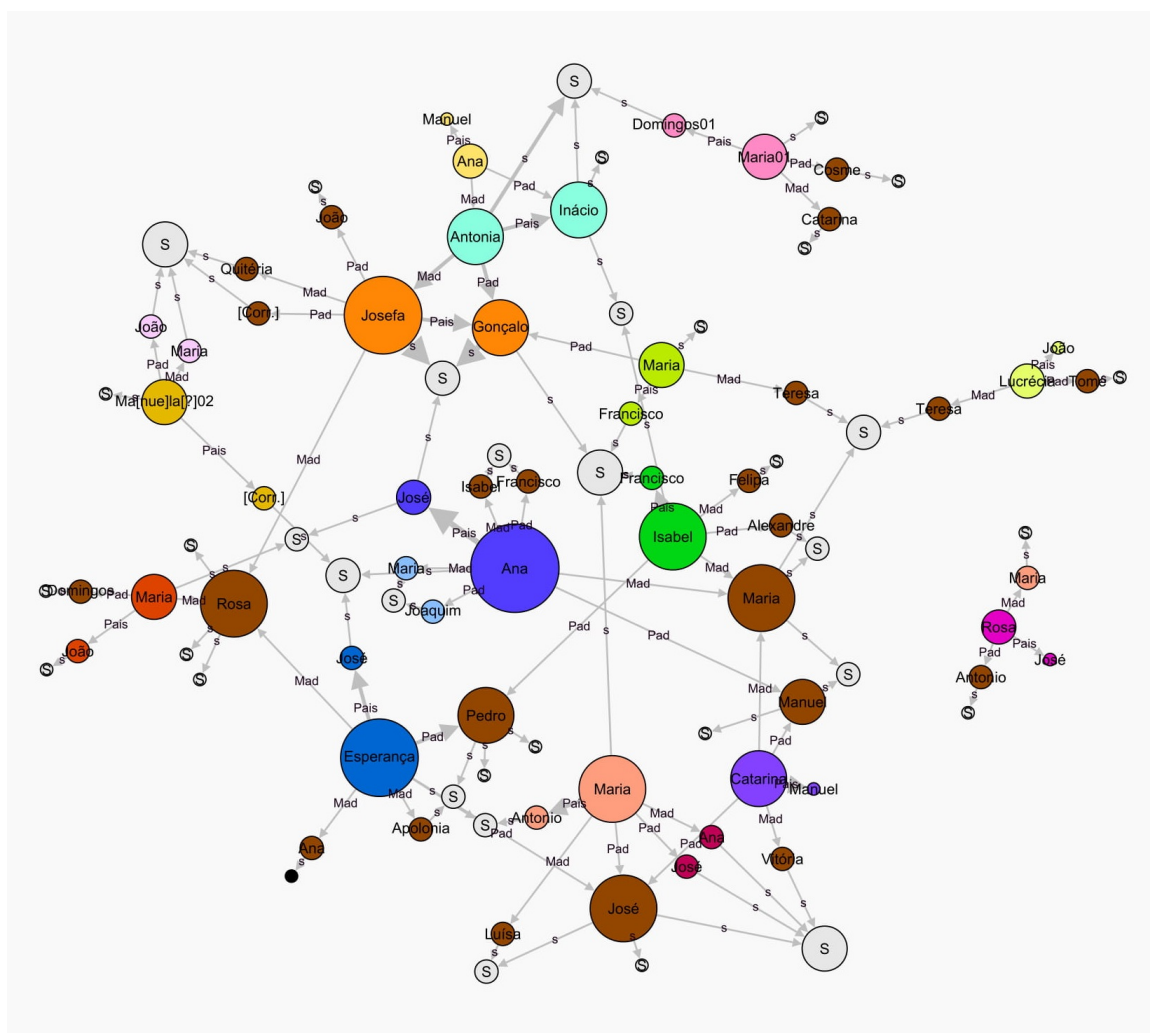


Figura 9 – Grafo - Análise de Redes Sociais Entre a Família Escrava - Compadrio Escravo

<sup>9</sup> Mad - Madrinha; Pad - Padrinho; Mãe - Mãe; Pai - Pais; S - Senhor;



A mesma madrinha de Manuel, também fora madrinha da inocente Maria, filha do casal Francisco e Isabela, escravizados de posse do senhor Manuel Antônio da Câmara. Os pais da inocente foram identificados no registro de batismo como naturais da Guiné. De todos os 22 registros de batismos analisados aqui, apenas dois não indicam uma naturalidade africana.

O objetivo maior ao procurar fazer essa análise de redes, é identificar alguns padrões nas relações entre os envolvidos. Verificou-se que em alguns momentos, houveram casais que apareceram em um registro como pais e em outro como padrinhos. Porém, foi observado ainda que os padrinhos solteiros têm bem mais relações de compadrio neste conjunto de registros, apresentando nós relativamente maiores que os demais. A rede de relacionamento podia ser um importante instrumento de resistência para os escravizados, ainda mais numa sociedade escravista marcada pela violência, de tal forma que eles constituíam uma rede densa. Mesmo que nem todos os agentes interajam entre si, formam um grupo de conhecidos e mediadores de relacionamentos. Tornava-se possível, a partir dessas relações, a troca de solidariedades entre agentes que dividiam o fardo da mesma condição jurídica num determinado espaço geográfico real e expandido.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a chegada dos africanos à América, esses indivíduos seguiram articulando estratégias e contra-estratégias na tentativa de manterem integrados seus sistemas sociais, culturais, econômicos e familiares. Todavia, fruto de uma limitadora visão a respeito das relações sociais vividas pelos escravizados, imperou-se na historiografia a interpretação de que os cativos eram incapazes de manter padrões civilizados, produzindo conceitos como o de anomia escrava.

Como tudo, foram surgindo novos estudos, mediante mudanças significativas de orientação, métodos e interpretação, produzindo trabalhos que analisam o processo histórico segundo a ótica de que o escravizado não estava somente ligado a uma rede de formas de trabalho, mas também estava integrado em um universo social e cultural. Na medida em que esses novos estudos foram surgindo, os antigos argumentos de anomia escrava foram perdendo espaço no debate historiográfico.

Em uma sociedade regida pelo poder da Igreja Católica, casamento e o compadrio são peças fundamentais para entender a formação da família escrava, assim como a formação de redes de solidariedade produzidas no interior do cativeiro. De modo a tentar entender esse dinamismo, foi feita um estudo acerca das famílias escravas em Viamão. Destacou-se o retrato da família escrava no qual a Mãe era solteira, com um total de 61% dos casos. Em 30% dos casos, o perfil familiar em destaque foi o da Mãe e Pai escravizados. E nos outros 9% dos casos, o Pai era livre ou Incógnito, ou seja, não foi encontrada qualquer menção a condição de escravo nos registros.

Entre as famílias escravas compostas por Mães solteiras, 46 delas optaram por escolher padrinhos livres e outras 37 escolheram padrinhos escravos. Já nos casos de famílias compostas por pais escravos e padrinhos escravos, encontramos um total de 22 registros, utilizados na análise de rede social feita no final do capítulo 3.

## Referências

- BLANCO, M. M. A senzala em movimento: notas sobre os primórdios da família escrava nos campos de viamão (1747 - 1758). 2011. Citado na página 35.
- FLORENTINO, M.; GÓIS, J. R. e. *A Paz das Senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico*. [S.l.]: Civilização Brasileira, 1997. Citado na página 22.
- FREIRE, J. *Escravidão e Família Escrava na Zona da Mata Mineira Oitocentista*. Tese (Doutorado) — Universidade Estadual de Campinas, 2009. Citado na página 10.
- FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. [S.l.]: Global Editora, 1980. Citado na página 11.
- GIL, T. L. *Coisas do caminho – Tropeiros e seus negócio do Viamão à Sorocaba (1780-1810)*. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009. Citado na página 28.
- GOMES, L. C. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico- demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772 - 1802*. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Dezembro 2012. Citado na página 22.
- GUEDES, R.; FRAGOSO, J. ao. *História Social em Registros Paroquiais [Sul-Sudeste do Brasil, século XVIII-XIX]*. [S.l.]: ●, 2016. Citado na página 26.
- HAMEISTER, M. D. *Para dar calor á nova provação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir de registros batismais da Vila do Rio Grande (1738 - 1763)*. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. Citado na página 25.
- KÜHN, F. A fronteira em movimento: relações luso-castelhanas na segunda metade do século xviii. 1999. Citado na página 28.
- LARA, S. H. Ordenações filipinas. In: LETRAS, C. das (Ed.). *Livro V*. [S.l.: s.n.], 1999, (Coleção Retratos do Brasil, 16). Citado na página 24.
- MACHADO, C. *A Trama Das Vontades - Negros, Pardos E Brancos Na Construção Da Hierarquia Social Do Brasil Escravista*. [S.l.]: Apicuri, 2008. Citado na página 15.
- MAIA, M. R. de C. Uma nova interpretação da chegada de escravos africanos a américa portuguesa (minas gerais, século xviii). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, 2011. Citado na página 24.
- MALAQUIAS, C. de O. *Trabalho, Família e Escravidão: Pequenos Produtores de São José do Rio das Mortes, de fins do século XVIII a meados do XIX*. Tese (Doutorado) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2014. Citado na página 17.
- MOTTA, J. F.; VALENTIN, A. A estabilidade das famílias em um plantel de escravos de apiá (sp). *Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil*, 2002. Citado na página 14.

PALERMO, L. C. Disputas no campo da historiografia da escravidão brasileira: perspectivas clássicas e debates atuais. 2017. Citado na página 12.

REIS, I. C. F. dos. *História de Vida Familiar e Afetiva de Escravos na Bahia do século XIX*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal da Bahia, 1998. Citado na página 11.

REIS, I. C. F. dos. Breves reflexões acerca da historiografia sobre a família negra na sociedade escravista brasileira oitocentista. 2010. Citado na página 14.

SANTS, T. C. of Jesus Christ of Latter-day. *FamilySearch*. 2018. Citado na página 30.

SIRTORI, B.; GIL, T. L. A geografia do compadrio cativo: Viamão, continente do rio grande de são pedro, 1771-1795. 2011. Citado na página 29.

SLENES, R. w. *Na Senzala, Uma flor: Esperanças na Formação das Famílias Escrava*. [S.l.]: Editora Unicamp, 2011. segunda edição. Citado na página 12.

VIDE, S. ao M. D. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Lisboa: Typ. 2 de Dezembro, 1719*. São Paulo: 1853, 1853. Typ 2. Citado na página 22.